

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE

GEISABEL VERON

**A LÍNGUA KAIOWÁ NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PA'I
CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO DA TERRA INDÍGENA
PANAMBIZINHO/MS**

DOURADOS
2022

GEISABEL VERON

**A LÍNGUA KAIOWÁ NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PA’I
CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO DA TERRA INDÍGENA
PANAMBIZINHO/MS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para a obtenção do título de mestre em Educação e Territorialidade.

Orientador: Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva
Martins

Coorientadora: Profa. Dra. Denise Silva

Área de concentração: Desenvolvimento e
Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade

DOURADOS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V5471 Veron, Geisabel

A língua Kaiowá na Escola Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro [recurso eletrônico] / Geisabel Veron.
-- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: ANDERBIO MARCIO SILVA MARTINS.

Coorientadora: DENISE SILVA.

Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Língua Kaiowá. 2. Panambizinho. 3. Educação Escolar Indígena.. I. Martins, Anderbio
Marcio Silva. II. Silva, Denise. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA –FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



GEISABEL VERON

A língua Kaiowá na Escola Pa'i Chiquito – Chiquito Pedro

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 01 de setembro de 2022.

Prof. Dr. Eliel Benites

Diretor da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andrébio Marcio Silva Martins
Orientador/PPGET/UFGD

Profª Drª Edinéia Aparecida Isidoro
Membro externo/UNIR

Prof. Dr. Cassio Knapp
Membro Interno /PPGET/UFGD

Prof. Dr. Daniel Valério Martins
Membro Interno /PPGET/UFGD

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força de continuar na perseverança, na luta para mais uma conquista e por poder compartilhar com os demais que confiaram em mim e que me apoiaram, em especial à minha família.

A minha família, filha Ejekilhim Souares Veron – Miss indígena de Dourados e Miss indígena Pantanal-2022, e ao meu esposo, Samuel Concianza Aquino, que por várias vezes me ajudou, me levando para pesquisar, e na lan-house para digitar as pesquisas realizadas.

A minha mãe, *nhandesy* Julia Cavalheira, irmãs Sillene Veron e Valdelice Veron, que sempre me deram apoio e incentivo. Ao meu cunhado Natanael Vilharva, pelo empréstimo do notebook por várias vezes, para digitar os trabalhos de pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. Andérbio Márcio Silva Martins, que sempre me motivou e me orientou sobre a importância do uso da língua materna, além de me dar força durante a minha trajetória acadêmica.

A minha coorientadora, professora Dr^a Denise Silva, por sempre me fazer lembrar do meu trabalho, disposta a me orientar e me ajudar.

À liderança Valdomiro Osvaldo Aquino e à sua esposa Dona Rozeli Jorge Concianza, pelas entrevistas concedidas.

Aos professores indígenas e não indígena da Pa'i Chiquito, que me atenderam e me concederam entrevistas.

Aos amigos que me deram força, Rossandra Cabreira, Anastácio Peralta e Valdinéia Jorge.

Agradeço muito ao Reginaldo da Silva Aquino (*in memória*), ex-agente de Saúde de Panambizinho, faleceu no dia 04/11/ 2021 (ele que me forneceu a imagem da antiga escola).

À Universidade Federal da Grande Dourados, à Faculdade Intercultural Indígena, ao Programa de Pós-Graduação Em Educação e Territorialidade.

Aos meus professores e coordenadores que ministraram aulas no mestrado durante a aula remota na pandemia, por enviar os *pendrives*. Isso me ajudou muito, por mais que nunca tinha estudado dessa forma, para mim foi uma nova experiência.

Ao prof. Dr. Cássio Knapp, ao prof. Dr. Walter, ao prof. Dr. Neimar Machado de Souza, ao prof. Dr. Rodrigo Simão e à profa. Dr^a. Jeanne.

Enfim, não foram fáceis as pesquisas para chegar até o meu objetivo, mas valeu a pena descobrir e redescobrir as nossas origens e dar a continuidade ao nosso *reko*/vivência e histórias para poder compartilhar os conhecimentos milenares e que não se percam de vez no futuro.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é descrever o ensino da Língua Kaiowá nos anos iniciais da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, localizada na Terra Indígena Panambizinho, no município de Dourados/MS. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos levantamentos bibliográficos, análise documental da legislação referente aos direitos dos povos indígenas, em especial sobre a educação, e também recorremos ao Projeto Político Pedagógico da Escola para analisar como a proposta está organizada. Em seguida, foram realizadas as entrevistas com professores e com representantes da comunidade. Os resultados da pesquisa apontam que muito do que está garantido na legislação sobre a educação escolar Indígena não acontece na escola pesquisada, embora exista uma preocupação dos professores indígenas em inserir o conhecimento tradicional no currículo escolar, a organização das salas no formato multisseriado e a presença de professores não indígenas que não falam a língua indígena enviada pela Semed, somados a ausência de material didático, têm dificultado o trabalho de valorização e fortalecimento da língua em ambiente escolar.

Palavras-chave: Língua Kaiowá; Panambizinho; Educação Escolar indígena.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es describir la enseñanza de la lengua Kaiowá en los primeros años de la Escuela Indígena Municipal Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, ubicada en la Tierra Indígena Panambizinho, en el municipio de Dourados/MS. Para el desarrollo de la investigación, realizamos levantamientos bibliográficos, análisis documental de la legislación referente a los derechos de los pueblos indígenas, especialmente en materia de educación, y también recurrimos al Proyecto Político Pedagógico de la Escuela para analizar cómo se organiza la propuesta. Luego, se realizaron entrevistas a docentes y representantes de la comunidad. Los resultados de la investigación señalan que mucho de lo garantizado en la legislación sobre educación escolar indígena no ocurre en la escuela investigada, aunque existe una preocupación por parte de los docentes indígenas por insertar los conocimientos tradicionales en el currículo escolar, la organización de las aulas en formato multigrado y la presencia de docentes no indígenas que no dominan la lengua indígena enviada por la Semed, sumado a la falta de material didático, han dificultado el trabajo de valorización y fortalecimiento de la lengua en el ámbito escolar.

Palabras clave: lengua Kaiowá; Panambizinho; Educación Escolar Indígena.

NHEMOMBYKY

Ko jehai anhetegwa hupytyrã, ahai ahexuka hagwã ajetypeka va'e rupi, heta nhe'ëgwe ahai joapy, kirãmi pa ojapo nhombo'e ymãgwyve, nhe'ë tee kaiowá pygwa nhempyrumbygwyve, mitã mixĩ kwery pe. Mbo'eroy Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, oïme tekoha Panambizinho py, tekoha Gwasu Ju/Dourados-MS py. Amonheÿpyrũ hagwã xe jehai puku, ajetypeka ambojoja ha amoanhetegwa hagwã, anheakã pu'ã ugwi arandukwa ohai va'ekwe rehe, ajesa ysajo ave joajuha rape rehe. Uperupi ajuhuve rei ajesa mondo hagwã te'yi kwéry reko mbo'eha herekwapy nhemohendarã. Ajeporeka kuri jehai va'ekwe mbo'eróy pygwa re nhehenói ha (PPP) rehe. Upe kwatia re ko onhemombe'u ha ojexuka, ki xa niko ogwata, oku'e ha onhemoi porã va'erã nhemba'apo, mbo'eroy ikatu hagwã ogwata porã tekorupi ete. Ajapo nheporandu mbo'ehary kwéry pe ave, ha mburuvixa tekoha pygwa pe. Amboapyvy xe haiha

jeporekare, amabogwapy ko kwatia py, ikatu hagwã ojehexa, ndojehuiry ha, ugwĩ aranduka jehaí va'ere oĩmea. Ko apy ave amombe'u, jepe oĩme mbo'eháry kaiowá ojepyapyva'ea, omõsea jekwaaha teko teepygwa kwatiarehe nhombo'e hagwã Pa'i Chiquito py, ãy ombojehe'a jevy mitã kwéry koty mbo'ehatypy, oĩme ave mbo'eháry kwéry ndaha'éiry va te'ýi, nonhe'éiry te'ýi dhe'ẽpy (Semed) ombou va'e, ombo'e mitã mixĩgwe ape mbairy dhe'ẽpy. Ugwĩa ko ombyaí tembiapo, nomboeteiry, nombo hepyiry ha nomoanhetegwairy tembiapo dhe'ẽ tee rehegwa mbo'eroy rekwatypy.

Nhe'ẽ pe'aha: dhe'ẽ kaiowá; Panambizinho; nhembo'eha ypykwe mbo'eroy pygwa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Panambizinho	19
Figura 2: antiga escola da comunidade Panambizinho feita de madeira	23
Figura 3: atual escola de Panambizinho	25
Figura 4: alunos do 4º ano com vestimentas tradicionais	39
Figura 5: aluna pintando takwáry	39
Figura 6: aula sobre a trança do poty	40
Figura 7: Calendário Kaiowá desenhado na parede do pátio da Escola Pa'i Chiquito	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demografia de Panambizinho em 2022	20
Quadro 2 – Disciplinas e suas respectivas cargas horárias para os anos iniciais do Ensino Fundamental I na escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro	43
Quadro 3 – Disciplinas e suas respectivas cargas horárias para os anos finais do Ensino Fundamental II na escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro	45
Quadro 4: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 1º ano por uma professora não indígena	50
Quadro 5: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 1º ano elaborado por um professor indígena	52
Quadro 6: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 3º ano elaborado por um professor indígena	53
Quadro 7: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 4º ano elaborado por um professor indígena	54
Quadro 8: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 5º ano elaborado por um professor indígena	55
Quadro 9: conjunto de palavras gerados usadas pelo professor indígena	58
Quadro 10: Exemplo de planejamento para o ensino de língua materna	67
Quadro 11: Exemplo de planejamento para o ensino de língua materna	68

SIGLAS

MS – Mato Grosso do Sul

EJA – Educação de Jovens e Adultos

PPP – Projeto Político Pedagógico

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

COMED – Conselho de Organização Municipal de Educação.

SIASI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena.

SESAI – Secretária Especial da Saúde Indígena.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena.

SED – Secretaria do Estado de Educação.

FAIND – Faculdade Intercultural Indígena.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do sul.

UNIGRAN- Universidade da Grande Dourados.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

CEAID – Coordenadoria Especial de Assunto Indígena de Dourados.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

MPF – Ministério Público Federal.

NEE – Necessidades Educacionais Especiais.

NEI – Núcleo de Educação Integrada.

CI – Comprovante de Importação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – TERRA INDÍGENA PANAMBIZINHO.....	19
1.1 Terra Indígena Panambizinho – aspectos gerais.....	19
1.2 História da Educação Escolar Indígena de Panambizinho.....	23
CAPÍTULO 2 – A ESCOLA PA’I CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO.....	30
2.1 Organização atual da Escola Indígena Pa’i Chiquito-Chiquito Pedro.....	30
2.2 Estrutura Física da Escola Pa’i Chiquito-Chiquito Pedro.....	31
2.3 A modalidade multisseriada de ensino.....	31
2.4 Sobre a formação e a atuação dos professores em Panambizinho.....	33
2.5 Gestão escolar na Pa’i Chiquito.....	37
2.6 A proposta pedagógica de ensino na escola de Panambizinho.....	38
2.7 A estrutura curricular da Escola Pa’i Chiquito-Chiquito Pedro.....	41
CAPÍTULO 3 – A LÍNGUA MATERNA NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA PA’I CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO.....	47
3.1 O ensino na língua materna: Nhane nhe’ẽ/nossa fala.....	47
3.2 O ensino da língua materna desenvolvido pelo professor Kaiowá durante a pandemia.....	57
3.3 Como era o ensino na educação indígena Kaiowá, de acordo com a nhandesy, Roseli Jorge Concianza.....	61
3.4 O ensino da língua Kaiowá nos anos iniciais do Ensino Fundamental de acordo com a mestra tradicional, como deve ser.....	65
3.5 O ensino da língua Kaiowá nos anos iniciais na perspectiva dos professores indígenas.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
FONTES ORAIS.....	76

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação é proposta uma reflexão sobre o ensino de língua materna ofertada na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, localizada na Terra Indígena Panambizinho, município de Dourados/MS. O principal objetivo é analisar o ensino da língua Kaiowá e o seu processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista que a existência de uma disciplina de língua materna no currículo se trata de uma política linguística de valorização da língua no ambiente escolar.

Nesse sentido, passou a ser importante descrever o que tem sido ensinado, como tem sido ensinado, por que tem sido ensinado e com qual finalidade. Basicamente, neste estudo busca-se demonstrar como tem sido a forma de valorização do ensino da língua materna na escola Pa'i Chiquito pelos professores indígenas e não indígenas.

Para a realização do trabalho, foi necessário obter várias informações e relatos de quem participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem da língua em contexto escolar. Por conta disso, buscou-se, por meio de conversas e entrevistas, sobretudo com a rezadora, liderança, professores e comunidade, compreender a situação da língua no contexto escolar. Contudo, o trabalho de campo não se deu exclusivamente na escola. Visitas nas casas foram realizadas. Em outros momentos a interação com os colaboradores se dava no plantio de rama de mandioca. Em algumas situações, procurei fazer registro audiovisual.

Destaca-se que boa parte da pesquisa se deu durante a pandemia da Covid-19. Em alguns momentos tivemos reuniões respeitando o distanciamento social na escola, na barreira sanitária nas entradas da aldeia com demais professores, agentes de saúde, lideranças, entre outras pessoas da comunidade. Durante o trabalho de campo, basicamente passamos o tempo todo tentando conter o contágio da doença na comunidade.

Antes de entrar no assunto da dissertação, propriamente dito, acredito ser importante apresentar a minha trajetória enquanto indígena e professora, pois foi essa trajetória que influenciou na escolha do tema abordado. Meu nome indígena é *Kunha Ára Rendy*, sou da etnia Kaiowá, tenho uma filha e um filho. A minha família tradicional, minha mãe e meu pai, é originária da Reserva Indígena Te'yikue, município de Caarapó-MS, e da Terra Indígena Taquara, município de Juti-MS.

Desde pequena observo a minha família. Nunca nos comunicamos entre si em língua portuguesa dentro de casa, isso foi um privilégio para mim, embora tive uma infância difícil na escola por não saber me comunicar direito em português, principalmente em relação aos professores, já que a minha fala é na minha língua e, a maioria dos professores, na época, era falante da língua portuguesa.

Na convivência familiar sempre nos comunicamos na nossa própria língua, até nos dias de hoje usamos a nossa língua Kaiowá. Uso a minha língua materna desde a infância, quando ainda vivia em Caarapó, na Reserva Indígena Te'yikue.

A luta pela manutenção da língua, da cultura e do território tradicional faz parte da minha história de vida. No ano de 1999, retomamos a nossa terra tradicional de origem, Taquara, localizada no município de Juti-MS, onde ocupamos e vivemos nesse lugar por cerca de dois anos. No final de 2001, houve um despejo violento, onde fomos levados e jogados de volta para a Reserva Indígena Te'yikue. Ficamos na beira da estrada dentro da Reserva. Ali éramos ameaçados constantemente por parte dos policiais e fazendeiros naquele momento. Embora a Te'yikue seja uma Reserva Indígena, no decorrer do tempo minha família, junto com a comunidade de Taquara, foi ameaçada pelo próprio líder da época, alguns indígenas e uma professora da Reserva Te'yikwe, pois diziam que não pertencíamos àquela Reserva.

De qualquer modo, tínhamos que voltar para a nossa terra tradicional Taquara, pois, de acordo com essa professora da Te'yikwe, nos tornamos “desaldeados”, chegando até dizer ao meu pai que se retirasse junto com sua comunidade, procurando outro lugar para acampar. Dessa forma, o líder da Reserva Te'yikue e a referida professora não deixavam meu pai junto com a comunidade despejada da Taquara ter atendimento, até mesmo da SESAI, e nem receber água potável no nosso acampamento, onde vivemos por aproximadamente um ano em meio. Um período de grande dificuldade enfrentada.

Por conta desses conflitos, meu pai, Marcos Veron, e demais familiares, inclusive eu, retornamos para morar na beira da estrada, perto do rio Dourados, local denominado *Passo Piraju*, e de lá retornamos para retomar a nossa terra tradicional Taquara na tarde do dia 11 de janeiro de 2003.

Na madrugada do dia 13 de janeiro de 2003, meu pai, Cacique Marcos Veron, com nome indígena *Ava Tape Rendy*, foi brutalmente assassinado a mando do fazendeiro. O fato lamentável ocorreu na minha presença. Faço parte do processo

judicial como vítima e testemunha no processo.

Depois desses acontecimentos, por meio de uma liminar da Justiça Federal, o corpo de meu pai foi autorizado a ser enterrado, seguindo a tradição, no local onde foi assassinado. Pois, de acordo com o costume e modo de viver Kaiowá, quando um líder é assassinado, familiares têm o dever de enterrar no lugar de sua origem e praticar juntos no local o rito de luto de 15 dias de canto para seguir o caminho para terra sem mal, e foi isso que aconteceu.

Depois da morte de meu pai, permanecemos no local. E assim seguimos com várias ordens de despejo até o dia em que foi identificada e aprovada como Terra Indígena, onde todo dia 13 de janeiro de cada ano essa cerimônia é realizada em homenagem pela nossa família e pela comunidade da Taquara, para demonstrar a resistência e a luta pela demarcação.

Continuamos morando na retomada Taquara depois da cerimônia de enterro do meu pai. Os demais familiares, naquele momento, assim como eu e minha mãe, morávamos embaixo de uma barraca de lona. Embora o sofrimento fosse muito árduo, me mantive firme até superar, aos poucos, o acontecido. Porém nunca desisti. Morei na Taquara até o final do ano de 2006, quando, por conta de uma alternativa para dar continuidade ao meu estudo, tive que sair de Taquara para morar na Reserva Indígena de Dourados.

No final do ano de 2006 fui morar com a minha irmã na Terra Indígena Panambizinho, onde comecei a estudar e me casei. Como meu marido pertence a uma das famílias tradicionais de Panambizinho, permaneço morando com ele neste espaço há 14 anos. Foi assim que pude dar continuidade aos meus estudos, seguindo a formação de estudante, dando enfoque ao conhecimento tradicional da comunidade local.

Trabalho na escola da comunidade de Panambizinho desde 2008. Primeiramente iniciei trabalhando na área administrativa (serviços gerais), e hoje, nessa mesma escola, sou professora de língua Kaiowá.

Concluí o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Dourados em 2009. O Ensino Médio iniciei em 2010, na extensão Pa'i Chiquito, onde o Polo é a Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, situada em Vila Vargas-MS.

Terminei essa fase de estudo no ano de 2012. Ano em que fiz vestibular para o curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu. Fui aprovada, mas não

consegui fazer a matrícula por conta de não ter em mãos o certificado do Ensino Médio.

Não desisti. Em 2013 fiz novamente o vestibular e consegui ser aprovada. Dessa vez consegui fazer a matrícula. Durante o curso, envolvi-me mais nas aulas da área de Linguagens. Foram vários desafios, pois no decorrer do curso passei por duas cirurgias. Mesmo assim não deixava de fazer os trabalhos e de participar das aulas presenciais, até mesmo quando as estradas de Panambizinho ficavam inacessíveis por conta de chuvas na época.

Sempre fui motivada pelo meu orientador, o professor Andrébio, dando-me força durante a minha trajetória acadêmica. Formando-me no ano de 2018, na área de Linguagens, cheguei a me aprofundar mais na prática do ensino da língua Kaiowá na escola. Sendo que de 2017 a 2018, através dos Estágios Supervisionados I e II, participei das aulas de Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e de Língua Materna Kaiowá, observando a regência na Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro. Dessa maneira pude me aproximar um pouco mais da discussão sobre o ensino de língua materna na mesma escola, dentro da perspectiva da Educação Escolar Indígena.

Sobre o trabalho desenvolvido no mestrado, o resultado da minha pesquisa mostra como foi e como está sendo desenvolvido o ensino da língua Kaiowá na escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro. As mudanças ocorreram conforme a proposta cultural que a escola demandava nos moldes do anseio da comunidade. Sendo que, após a inauguração da escola em 2004, a escola trabalhava a partir do interesse da comunidade.

Toda comunidade escolar tinha sua participação frequentemente com os seus filhos na dependência da escola, praticando os seus ritos e danças. O envolvimento dos pais na escola era frequente, com a presença dos mestres tradicionais, conforme me relatou em entrevista Valdelice Veron, que foi professora e diretora da Escola Pa'i Chiquito naquele período.

No decorrer dos anos, com a inserção dos novos padrões da Educação Escolar, a escola seguiu a partir do ponto de vista do ensino e características colonialistas (VALDELICE VERON, 2022). As informações e observações levantadas durante a pesquisa apontam que a escola vem seguindo os padrões de ensino já prontos e enviados pela Secretaria de Educação do município, deixando de lado a forma que poderia ser ensinada a língua Kaiowá e todos os segmentos de usos e costumes.

Diante disso, procuro descrever nesta dissertação um recorte da história da

Educação Escolar Indígena de Panambizinho, considerando o ensino da língua Kaiowá e a própria implantação da Escola Municipal Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro.

Para essa primeira parte, consultei o Projeto Político Pedagógico da Escola. Nele consta que se encontram assegurados os princípios que regem uma Educação Escolar Indígena no uso da língua materna, crenças, a Interculturalidade, o Bilinguismo, a diferença, a especificidade e a autonomia (PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PA'I CHIQUITO, 2017).

A proposta de ensino estabelecida no Projeto Pedagógico da Escola Pa'i Chiquito é trabalhar por meio dos costumes, rezas, crenças, danças e moradias, de forma que possam seguir os ensinamentos tradicionais e serem respeitados os conhecimentos dos ancestrais. Esse objetivo é para valorizar os saberes tradicionais Kaiowá, a oralidade, a história de cada povo, e em diálogo com os demais saberes de outras sociedades.

Destaco que pude participar da construção do Projeto Político Pedagógico da escola no ano de 2017, junto com os demais professores e mestres tradicionais, pais, agentes de saúde indígenas, alunos, funcionários, sob a orientação da Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Panambizinho.

Na época da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Pa'i Chiquito, foram feitos levantamento de informações e era necessário dialogar com pessoas diferentes na comunidade. Cada professor tinha a tarefa de obter informações para relatar no texto do Projeto Pedagógico. Conforme o relato e experiências adquiridas pelos professores, pelos mais experientes, rezadora, mestre tradicional e liderança, inserimos as sugestões: alguns itens inseridos e a forma do ensino sugerido em coletivo, como deve ser a forma do ensino na escola, priorizando o ensino no conhecimento tradicional, como deve ser ensinado principalmente os alunos da educação infantil e anos iniciais, e quem deve ensinar os alunos no processo de alfabetização.

Conforme o PPP da Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, metodologia de ensino deve ser pautada nas concepções da realidade linguística do povo kaiowá de Panambizinho, no uso frequente da língua, com os conhecimentos dos ancestrais (das histórias contadas) e com o conhecimento dos mestres tradicionais (o que se deve ou não fazer e o que deve ser ensinado).

Dentro dessa perspectiva, o objetivo geral da escola sugerido pelo PPP é

proporcionar uma educação cultural, intercultural e bilíngue, que promova condições aos alunos de compreender a sociedade, priorizando os saberes indígenas tradicionais do local sobre as especificidades indígenas locais, ensinando os alunos a ler e a escrever, primeiramente na sua língua materna, que é o Kaiowá, além de praticar o bilinguismo.

O ensino na língua Kaiowá para os anos iniciais, conforme a metodologia do ensino previsto no PPP da escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, segue com modelo de ensino kaiowá, que é de acordo com o conhecimento e a realidade da comunidade de Panambizinho, no ensino do conhecimento tradicional, assim também como:

- (1) desenvolver a escrita;
- (2) incentivar a todos na participação do *Jerosy Puku* e *Jerosy Mbyky*, ritos cerimoniais do batismo do milho branco, praticada anualmente pela comunidade Kaiowá de Panambizinho;
- (3) fortalecer as festas religiosas no âmbito escolar;
- (4) trabalhar de acordo com o conhecimento do calendário Kaiowá;
- (5) desenvolver projetos com temas específicos da cultura kaiowa;
- (6) valorizar as práticas de plantios e cultivos de uma roça tradicional conforme os saberes indígenas Kaiowá de Panambizinho;
- (7) valorizar os costumes de preparo e o consumo das comidas consideradas tradicionais;
- (8) pesquisar sobre plantas medicinais;
- (9) dedicar-se ao plantio na horta da escola (mudas de verduras, e plantas medicinais);
- (10) enaltecer as práticas culturais, esportivas e artísticas;
- (11) valorizar a mitologia e a cosmologia dos povos guarani e Kaiowá;
- (12) amparar legalmente as faltas das alunas que estão na fase de menstruação;
- (13) proporcionar uma merendeira conhecedora dos costumes e comida tradicional para as alunas que estão no primeiro ciclo de menstruação;
- (14) respeitar o período de gestação e menstruação das alunas/professoras, para que não entrem e não vejam as plantações durante esses períodos na horta da escola, pois, se entrar, as plantas podem morrer ou murchar;
- (15) valorizar o local e o espaço Xiru Karai;
- (16) incentivar os alunos na participação com mestres tradicionais (rezadores) de todos os eventos na unidade escolar e comunidade;

- (17) trabalhar oralidade através de textos (mostrar em desenhos, texto, casas, animais, matas, plantas medicinais, árvores, roça, calendário, rezas, roupas típicas, comida típica, adornos, entre outros objetos);
- (18) realizar atividades de interpretação de texto na oralidade usando os gestos (sobre *teko/vida*, *tekoha/território*, *ka'aguy/plantas*, *mymba ka'aguy/animais selvagens*, entre outras);
- (19) desenvolver leituras variadas com textos específicos, usando os sons das palavras;
- (20) produzir textos na língua, usando temas geradores do conhecimento das crianças como, por exemplo, *ongusu/casa grande*, *kokwe/roça*, *jegwaka/cocar*, *ka'aguy/mata*, *y/água*, *mymba ka'agwy/animais da mata*, *mymba ógapy/animais de estimação*, *marane'y/sem males*, *marany/destruição*, *jerosy/rezas*, *tembeta/perfuração dos lábios*, entre outros;
- (21) introduzir vocabulário Kaiowá durante a escrita;
- (22) ensinar aspectos gramaticais da língua Kaiowá;
- (23) pesquisar sobre as histórias oriundas dos Kaiowá, conhecimentos do próprio *tekoha*, ouvindo os mais velhos; e, por fim,
- (24) conhecer a natureza, os seres vivos, a biodiversidade, através de passeio no rio, ou lugar sagrado.

Outras fases da pesquisa para adquirir experiência no ensino foi possível devido à minha presença na escola, trabalhando como funcionária pública desde o ano de 2008 até 2018 na área administrativa (serviços gerais). Nessa época já vinha participando dos eventos culturais da escola junto com os alunos e professores, e sempre colaborando, dando continuidade como professora de língua materna a partir de 2018 até o presente momento. Destaco que também aprofundei meu conhecimento no ensino da língua materna, através da realização dos estágios supervisionados de observação e regência durante a graduação,

Durante o período de estágio, procurei observar com mais atenção a forma de ensino da língua materna nas dependências da escola, assim como na convivência familiar dos estudantes. A fim de aprofundar minha pesquisa, busquei saber mais sobre a escola através de diálogo sobre a forma do ensino e a relação dos estudantes com os professores indígenas na época. Procuro explorar bem essa experiência e aproveitá-la nesta dissertação.

Outra pesquisa realizada foi no ano de 2020, quando iniciei o mestrado. Por

meio de fontes orais, ouvindo as narrativas da nhandesy (rezadora), lideranças, funcionários e professores. Muitos desses momentos foram registrados por escrito ou por material audiovisual ou por imagens, além de recuperar imagens antigas que contam parte da história da escola, sobretudo de gravações das demais lideranças que, na época, lutaram por um espaço de ensino dentro da aldeia.

Em síntese, o material de análise disponível sobre o ensino da língua Kaiowá na escola Pa'i Chiquito consiste em três elementos: (1) Projeto Pedagógico da Escola; (2) Relatórios dos Estágios Supervisionados realizados durante a graduação na área de Linguagens da Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu; (3) fontes orais de pessoas que participaram e que participam da construção da Educação Escolar Indígena de Panambizinho, tais como lideranças, nhandesy, professores e demais profissionais da escola e ex-funcionário, através de gravações e imagens.

A importância de termos uma análise crítica acerca do ensino de língua materna em Panambizinho é o fato de termos condições de verificar o quanto avançamos na construção da Educação Escolar Indígena e quais caminhos ainda devemos percorrer para assegurar a língua Kaiowá no currículo escolar. Para isso, o trabalho aqui apresentado está dividido em 3 capítulos. No capítulo 1, apresento uma contextualização da Terra Indígena de Panambizinho e da Educação Escolar Indígena dessa área. No capítulo 2, estabeleço uma descrição da Escola Pa'i Chiquito do ponto de vista de sua estrutura física, gestão, proposta pedagógica e estrutura curricular. No capítulo 3, discuto a realidade do ensino da/na língua Kaiowá em Panambizinho.

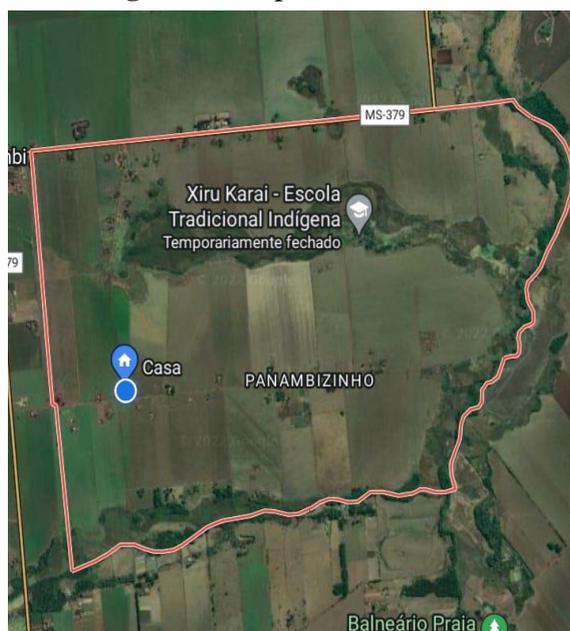
CAPÍTULO 1 – TERRA INDÍGENA PANAMBIZINHO

1.1 Terra Indígena Panambizinho – aspectos gerais

A Terra Indígena Panambizinho está localizada a aproximadamente 28 km do centro de Dourados-MS. De acordo com Chamorro (2017), Panambizinho, na tradução para o português, significa Borboletinha, e tem uma comunidade Irmã Panambi/Borboleta, de onde saíram muitas famílias para se organizarem em acampamentos, nas bordas da terra onde nasceram seus pais e avós e bisavós (CHAMORRO, 2017).

Além disso, conforme a nhandesy Roseli Concianza, entrevistada no dia 08 de julho de 2020, a área foi denominada Panambizinho por existir vários tipos de borboleta neste lugar. De acordo com Cavalcante (2021), Panambi, Lagoa Rica e Panambizinho fazem parte de um mesmo *tekohaguasu*, estão localizados na Região chamada pelos índios de *Ka'aguyrusu*. Ainda, conforme o autor, os laços matrimoniais existentes na Região frequentemente envolvem pessoas e famílias dessas três Terras Indígenas atualmente reconhecidas, criando e mantendo laços de afinidade característicos das composições de *tekohaguasu*.

Figura 1: Mapa de Panambizinho



Fonte: Google Earth

A comunidade indígena de Panambizinho vivenciou a disputa pela terra desde

1940, prolongando-se até os fins do ano de 2004, com a homologação da área de 1.272 hectares, como relata Maciel (2005). Cavalcante (2021) esclarece que esta parte do território tradicional kaiowá foi diretamente atingida pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), durante o governo Getúlio Vargas. Conforme o autor, em laudo pericial apresentado nos primeiros anos de atividades da CAND, a relação dos funcionários da Colônia com os indígenas era amigável. Os indígenas, inclusive, colaboraram fornecendo alimentos e até prestando serviços na abertura de estradas e na construção de benfeitorias.

Ainda, conforme Cavalcante (2021), a memória das interlocutoras indígenas registra a chegada da CAND como um momento de não muitas tensões. Inicialmente, a CAND não foi percebida como uma grande ameaça, tanto que os indígenas colaboram com as primeiras atividades do projeto.

Há alguns anos Panambizinho era povoada somente por pessoas da etnia kaiowá, hoje há guarani, além de crianças que surgiram do casamento interétnico guarani/kaiowá e terena/kaiowá. Atualmente moram cerca de 120 famílias nessa área, conforme dados extraídos diretamente da SESAI (2022).

Quadro 1: Demografia de Panambizinho em 2022

Faixa etária	Quantidade
Menores de 5 anos	38
De 6 a 9 anos	52
De 10 a 19 anos	80
De 20 a 59 anos	205
Maior ou igual a 60 anos	24
Total	399 pessoas

Fonte: Chefe do Pólo Base de Dourados

A maioria dos moradores é falante de Kaiowá, língua do sub-ramo I da família Tupí-Guaraní, conforme Rodrigues (1984/1985). Cabe destacar que os kaiowá de Panambizinho, mesmo diante da convivência com o conflito e luta pela terra, procuraram demonstrar sua cultura tradicional, seus valores, costumes, rezas, danças, bebidas e moradia (MACIEL, 2005).

Eles utilizam, ainda, o conhecimento tradicional presente nas histórias e nos mitos; ritos tradicionais e espirituais, como *jehovasa* – ritual que espanta maldade ou tempo ruim, realizado com as mãos erguidas para cima, sinalizando como se fosse retirando/varrendo algo/males, *nhembo'e/reza*, *purahéi/dança gwachire/canto-dança* e

gwahu/canto-dança. Alguns rituais ocorrem na convivência familiar e outros no coletivo.

Atualmente em Panambizinho são praticados alguns rituais e o uso de roupas consideradas tradicionais, o *Te'yi nhemondeha* - roupa tradicional, entre outros adornos como *mbaraka*/espécie de chocalho, um objeto do uso dos homens, *takwary*/taquara, instrumento ou objeto usado pelas mulheres durante o canto ou a reza.

Esses instrumentos são de uso dos Kaiowá, principalmente pelos mais velhos. O uso é durante as cerimônias, nas festividades e eventos. Alguns dos mais novos usam também, mas a maioria dos jovens usa durante os eventos ou disputa na escola, disputa de miss e mister usando os trajes tradicionais.

Alguns rituais têm uma periodicidade anual como, por exemplo, o ritual de batismo do milho branco (*jerosypuku*/canto longo). Segundo a *nhandesy* Rozeli Concianza Jorge (2022), através dessa cerimônia se faz o *yvynhemoãtyrõ*, que é o fortalecimento da terra e sementes para as próximas plantações e gerações futuras. Somente com esse ritual pode-se prosseguir com a plantação de tudo que existe sobre a terra. Após o *jerosy puku*/canto longo, na noite seguinte se faz o *guahu e guachire* (canto-dança após o canto longo) para a continuação de todos os seres vivos e plantações. Esse evento tem fortalecido a comunidade Kaiowá nesse *tekoha*.

Com relação à educação escolar, Rozeli Concianza Jorge (2022) se recorda que antigamente não tinha escola em Panambizinho. As crianças kaiowá, meninos e meninas, não iam à escola, assim como ela, por exemplo. A educação indígena era ensinada unicamente pelos pais, vinha de dentro de casa como.

O ensino dos meninos era de como fazer casa, quantos *yvyra*/madeira pode se fazer uma casa pequena e quantos feixes de sapé deve arrancar, o que fazer depois de terminar a casa, entre outros. Por isso pensa que é necessário ensinar os alunos a fazer os deveres de casa junto com os pais. Os meninos, segundo ela, os pais ensinavam a trabalhar na roça, pescar/*jopoi*, por isso o ensino deve seguir esse costume na escola, seja no papel ou na oralidade.

Para Pereira (2016), a escolarização é muito valorizada por permitir o acesso a cargos remunerados, como professor e agente de saúde. Atualmente em Panambizinho se usa esse argumento para se manter o estudo, muitos estudam até terminar o ensino médio. Alguns pais argumentam que, com essa escolarização, o filho já conseguiria atuar em alguma função de emprego, seja na escola ou no Posto de Saúde da Terra

Indígena. Ainda, de acordo com o autor, trata-se de um dos diversos procedimentos socialmente estabelecidos e operados pelo Kaiowá, para reprodução social e seus coletivos (PEREIRA, 2016, p.65).

A organização social da TI Panambizinho antigamente era por meio da coletividade, seja no momento da plantação ou na busca de algo para o sustento, tudo era compartilhado. As roças eram pequenas, sempre o mais velho da família era responsável pelo pedaço da terra/*yvy*, considerado um bem coletivo. Essa regra se estabelece até hoje.

No início do cultivo da roça, toda a parentela se envolvia quando chegava o tempo de plantar, o que ocorre entre os meses de agosto e setembro, e a mesma regra de coletividade ocorria na época da colheita. O que se planta até hoje por algumas famílias é mandioca, batata doce, feijão de corda, milho branco, abóbora e melancia. Alguns fazem horta, dando continuidade do seu jeito de ser Kaiowá.

De acordo com a liderança Valdomiro Aquino (2020), antigamente os indígenas percorriam até as fazendas vizinhas em busca de alimentos (ganhavam porcos, aves) e isso era dividido em grupo, entre as famílias. Diante disso, em época de produção das roças, levavam mandioca, batata e milho para trocar na cidade por roupas e por outros tipos de alimento. Chamam isso de *mba'ereka* (marreta/mascate). Atualmente em Panambizinho, a maioria das mães recebe bolsa família com uma quantia pequena e cesta básica do Governo Estadual.

Ainda, de acordo com a liderança de Panambizinho, devido à procura de várias alternativas para produção de roça grande/*kokwe guasu*, a pedido da comunidade, procuraram-se outros parentes indígena na aldeia vizinha para fazer a roça. Conforme relatado por Valdomiro Aquino (2020), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fornecia muito pouco em termos de assistência e combustível.

Na época não tinha nem trator disponível para Panambizinho. Então, desde o ano de 2015 iniciou-se uma busca de parceria, uma alternativa para usar a terra com outro indígena da Reserva Indígena de Dourados: “todo ano houve muitas queimadas na aldeia, por isso fui atrás de parceria, tinha pessoas me pedindo para procurar um meio” (VALDOMIRO AQUINO, 2020).

E, assim, atualmente em Panambizinho estão sendo plantados soja e milho. De acordo com a liderança, “as famílias passam a ter uma renda em cada colheita de suas terras e a cada seis meses, recebendo conforme a terra é produzida” (VALDOMIRO

AQUINO, 2020). Os indígenas de Panambizinho recebem a porcentagem conforme a quantidade dos grãos colhidos na produção em sua roça. O valor é repassado a cada dono da terra/*yvy járy*. A porcentagem de 15 por cento na colheita do milho e 20 por cento na soja. Como se observa, a liderança no início da entrevista disse que era uma parceria. Essa foi uma entrevista pessoal concedida oralmente em junho de 2020, na casa dele.

1.2 História da Educação Escolar Indígena de Panambizinho

Figura 2: antiga escola da comunidade Panambizinho feita de madeira



Fonte: Arquivo pessoal de Reginaldo da Silva Aquino

De acordo com Reginaldo da Silva Aquino (2020), a escola funcionou inicialmente em um ambiente improvisado no início da década de 1990. Ao mesmo tempo em que funcionava a escola era também utilizado como enfermaria. Por esse motivo, em meio à situação de conflito permanente entre indígenas e os colonos, acontecia o requerimento da escola pela comunidade indígena de Panambizinho.

No final da década de 1990, houve as primeiras discussões na Escola Tengatu'i Marangatu, localizada na Reserva Indígena de Dourados, sobre a criação da categoria

escola indígena, em decorrência do Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação. Cabe destacar que, naquela época, a escola de Panambizinho era uma extensão da Escola Tengatu'i Marangatu, conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro (2017).

Conforme Miqueletti (2014), considerando o percurso de criação da primeira escola indígena do município de Dourados/MS, a partir do acompanhamento realizado entre 2001 a 2004, surge também a escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro. Depois de construída, passou a atender crianças de Panambizinho das etnias Kaiowá e Guarani, e atualmente também Terena, com oferta de ensino do Pré-escolar ao 9º ano, e também é uma extensão Pa'i Chiquito de Vila Vargas, atendendo os alunos do Ensino Médio.

Antes da construção da escola, o ambiente improvisado era uma extensão da Escola Tengatui Marangatu em Panambizinho, mas a demanda era ter uma escola própria e não mais uma extensão da escola da Reserva Indígena de Dourados. O local improvisado era um salão da igreja da Missão Caiuá, localizado nas proximidades da atual escola.

Após muitos pedidos e espera de muitos anos, partindo do decreto nº 2.444 de 16 de janeiro de 2004, o prefeito autorizou a construção de uma escola em Panambizinho, para atendimento das crianças radicadas naquela área, respeitando suas diferenças e especificidades. A Câmara Municipal aprovou o projeto de lei nº 2.561 de 08 de maio de 2003, que dispõe a denominação de escola:

Art.1º Fica denominada “Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro” a Escola Municipal localizada na Aldeia Panambizinho-Distrito de Panambi, neste Município.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (DOURADOS/MS, 08 de Maio de 2003).

Dessa forma, denominou-se o nome de Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro de Panambizinho e foram construídas duas salas de aula para fazer o atendimento dos alunos, dos anos iniciais do 1º ao 4º ano de forma multisseriada. Então, até o 4º ano os indígenas podiam estudar na escola da própria comunidade.

Figura 3: atual escola de Panambizinho



Fonte: arquivo pessoal da autora

Quem desejasse continuar os estudos deveria procurar estudar nas cidades próximas. Alguns preferiam estudar Vila Panambi que fica perto de Panambizinho, mas era exigida dos pais a compra dos materiais escolares e tudo que a escola não pudesse fornecer.

A situação era difícil para os alunos indígenas: sofriam preconceitos e discriminação por serem falantes de uma língua indígena e por usarem trajes que os kaiowá conhecem como tradicionais, *mbo'y*/colar no pescoço, mas principalmente por alguns meninos fazerem o uso do *tembeta* (adorno inserido por meio de perfuração abaixo do lábio inferior). Conforme Valdomiro Aquino (2021), o *Tembeta* é o uso dos meninos que tiveram o privilégio de participar do ritual de cerimônia que na época existia, para perfurar os lábios.

Após furar o lábio do menino, o objeto por nome de *tembeta* é de uso constante, esse objeto pode ter a cor clara, feita de resina ou de madeira da árvore de mesmo nome: *Tembeta y*, para ser introduzida no lábio. Depois de introduzido se dá o nome de *tembeta*, conforme Samuel Concianza (2022).

Conforme o atual líder de Panambizinho, em entrevista conhecida em sua casa de reza, a luta por uma escola para a comunidade se deu por motivo de ter observado o

interesse dos alunos que queriam dar continuidade aos estudos após a 4ª série. Valdomiro Aquino (2021) destaca ainda o sofrimento e a dificuldade de quem se arriscava a estudar fora da comunidade: “*heta oiko va’ekue mitãygwe otudasea, ogwerahasea tenonde o estudo, péa rupi, rojapo va’ekwe nhe’ẽ ha kwatia, omopu’ã’uka hagwã escola*”, então ele e o antigo capitão na época, Nelson Concianza, e demais voluntários, procuraram as autoridades, enviando várias demandas em assinatura coletiva, em busca de uma escola própria para atender os anseios da comunidade, de acordo com a sua realidade.

Na ocasião, a liderança ressalta que os alunos que estudavam na Vila Panambi sofriam preconceitos, e a direção dessa escola era muito exigente, não deixava os alunos entrarem com sapato sujo em época de chuva e pedia para os alunos levar copo, prato, talheres e algumas vezes recebiam notícias que os profissionais da escola da cidade davam banho nos alunos, pois, para eles, esses alunos indígenas não se apresentavam de forma adequada para participar das aulas que iriam ter juntos com demais filhos de não indígenas, além de entregar listas de materiais para os pais comprar, sendo que na época ninguém tinha condições de comprar.

De acordo com o professor Misael Conscianza Jorge (2021), por mais que os alunos aprendessem o português na escola da aldeia no início da sua trajetória escolar, esses estudantes indígenas passavam por dificuldades na escola da cidade, pela pouca compreensão da língua portuguesa. Havia também dificuldades de locomoção, resultando então em desistências, não só dele, mas dos demais indígenas na época. O professor Misael foi um dos que lutou para a construção da escola, pois conhecia de perto as dificuldades de estudar fora da aldeia. Por várias vezes tentou concluir o ensino fundamental, mas não alcançou êxito na época, devido aos preconceitos e a dificuldade de locomoção.

O professor Misael relatou em entrevista que voltou a estudar na aldeia quando deram início ao Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA). Lembra que abriu com uma sala improvisada para pessoas maiores de idade. Somente dessa forma concluiu seu estudo do ensino fundamental dentro da aldeia.

Neste momento, segundo ele, já havia salas do 1º ao 4º ano multisseriadas na escola de Panambzinho. Conforme Misael relata, após concluir o ensino fundamental, foi chamado para dar aula de língua indígena na escola da aldeia para as crianças. Então, seguiu dando aula para o 2º e 3º ano das séries iniciais a partir de 2004, seguindo

a tradição cultural e a realidade da aldeia. Trabalhava a oralidade, a contação de histórias antigas, trabalhava com histórias e mitos, com *gwaxire*, *kotyhu*, *jeovasa*, danças e cantos e reza, registrando em desenhos a cosmologia Kaiowá.

A prática de ensino que ele mencionou, por meio do canto e reza, trabalhada em sala de aula, permitia o ensino das letras e de como entoar os cantos em voz alta e aprender os passos. Dessa forma fazia acontecer a sua aula de língua materna, junto com os alunos das séries iniciais. Ensinava também sobre o calendário tradicional, relembra ter desenhado o calendário Kaiowá no pátio da escola atual para não ser esquecido. Isso é importante para que, por meio do calendário, a comunidade siga o plantio da roça. O professor lembra que trabalhava na roça com os alunos, ensinando a forma de plantar, de fazer o corte da rama de mandioca, a forma de introduzir embaixo da terra quantidades de semente, perfurando com *sarakwa*/vara com ponta fina, entre outras formas de plantar.

Na sala, trabalhava também o uso das pinturas corporais, com *yruku*/urucum. Ensinava sobre a pintura corporal e o seu significado: de forma redonda ou em círculo no rosto, o que, segundo ele, é o traço de pintura Kaiowá. E ainda relata que, no momento das aulas naquela época, os pais podiam participar mais vezes do processo escolar, reforçando, na ocasião, o ensino através da oralidade, dos rituais na escola junto com seus filhos, para entoar a reza e o canto (M. C. JORGE, 2021).

Reginaldo da Silva Aquino (2020), agente indígena de saúde, informou sobre as primeiras discussões acerca da escola de Panambizinho. Recorda que ocorreram entre 1996 e 1997. No entanto, somente nos anos de 2002 e 2003 as demandas sobre a escola foram atendidas. E, assim, a escola foi construída e logo ampliada em parceria com a Missão Caiuá. Foi inaugurada no dia 08 de maio de 2003 (R. S. AQUINO, 2020).

Após a construção e a reforma supracitada concluída, foi preciso uma organização para continuar os trabalhos de maneira adequada para os alunos. Então, a comunidade, juntamente com a liderança, manifestou interesse por uma escola indígena autônoma, independente da Escola Pólo Tengatuí. A comunidade demonstrava preocupação em revitalizar e fortalecer a cultura Kaiowá por meio da escola. Então, aconteceu ainda no ano de 2003, a primeira reunião junto com a liderança e a comunidade de Panambizinho para discutir e elencar especificamente o assunto da organização da escola.

Na ocasião, a comunidade de Panambizinho junto com os responsáveis pela

escola, destacou a necessidade da escola se desvincular da extensão da Escola Polo da Tengatuí por terem uma realidade e o modo de ser diferentes da Escola da Reserva Indígena de Dourados e também pela distância entre elas, o que dificultava muito o atendimento pedagógico e o atendimento básico do dia a dia. Cabe ressaltar que a escola de Panambizinho ficava sem acompanhamento necessário sistemático, desestimulando assim a todos os envolvidos. Por isso, os órgãos públicos atenderam os anseios da comunidade na criação de uma escola autônoma. Após esses desafios, houve uma proposta para a gestão escolar e a criação de uma comissão, um conselho ou colegiado, baseado em critérios construídos pela comunidade escolar. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Pa'i Chiquito:

Essa Escola deverá ir em direção aos anseios da comunidade, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios, no que se refere tanto ao currículo, ao calendário escolar, à metodologia, aos objetivos aos conteúdos, aos seus espaços e à forma de gestão a ser adotada (DOURADOS, 2003, p.1).

Dessa forma, toda a concepção e a diferenciação foram amadurecidas e enriquecidas a partir das experiências vivenciadas durante várias reuniões que aconteciam juntamente com a comunidade escolar naquela época. Assim, a Escola-extensão da Terra Indígena Panambizinho foi transformada em escola Polo, pelo Decreto nº 2.444, de 16 de janeiro de 2004. A Escola Indígena de Panambizinho do município de Dourados passou a ser denominada 'Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, inaugurada no ano de 2004. E, assim, prosseguiu o ensino fundamental das séries iniciais e finais de forma regular e normal do pré ao 9º ano, no período matutino e vespertino, essa forma de ensino sem ser multisseriado seguiu até o ano de 2019.

Sem perder de vista o que a comunidade queria: revitalizar e fortalecer a cultura Kaiowá por meio da escola que nessa época já funcionava como multisseriado até a 4ª série, após a inauguração da escola nova, a comunidade se organizou para dar continuidade do trabalho de maneira adequada com os alunos e faziam várias reuniões, discutindo sobre a especificidade e a organização da escola. Na atualidade a escola ainda segue com a sua estrutura física de quando foi construída, em 2003, sem reforma e quadra descoberta.

Cabe ressaltar novamente que a reivindicação principal da escola Panambizinho se deu pela dificuldade dos alunos em estudar em escolas não indígenas, por serem

falantes da sua língua materna e não conseguirem interagir na língua portuguesa com seus professores e colegas não indígenas. Dessa forma, a escola Pa'i Chiquito reflete um processo histórico de ensino dos valores e assimilação de um direito a uma Educação Escolar Indígena caracterizada pela afirmação da identidade Kaiowá, tanto pela recuperação das memórias históricas, tanto pela valorização da língua e os conhecimentos por ela transmitidos. Essa é uma luta da maioria dos povos indígenas do Brasil que “vem elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamentos e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo” (RCNEI, 1998, p. 22).

Atualmente, a escola Pa'i Chiquito oferece educação infantil (pré-escolar), ensino fundamental I e II (1º ao 9º ano) e ainda possui extensão do ensino médio, ofertada pela Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, localizada na Vila Vargas e que oferece aulas do 1º a 3º ano do ensino médio. É importante pontuar que a Escola Pa'i Chiquito também é referência para as atividades da comunidade da aldeia para reuniões, vacinas, entrega de cestas, distribuições de doações e trabalho de assistência social, além de palco de realização de eventos culturais, escolares, esportivos, entre outros.

Na Escola Pa'i Chiquito o uso da língua materna pelos alunos e professores indígenas é frequente, e por meio dela tem se buscado fortalecer e atender as especificidades locais, conforme a reivindicação da comunidade no ensino Kaiowá, para que a Educação Indígena, no modo de ser Kaiowá, continue em Panambizinho, e o ensino da língua, *nhane nhe'ẽ*/nossa fala, seja cada vez mais fortalecido na escola, conseguindo assim manter o espaço para o ensino da língua das histórias contadas e na prática cultural. Devendo, dessa forma, construir um currículo e matriz próprios, para poder construir os seus próprios espaços políticos de enfrentamento, mantendo a sua identidade sócio territorial.

CAPÍTULO 2 – A ESCOLA PA’I CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO

2.1 Organização atual da Escola Indígena Pa’i Chiquito-Chiquito Pedro

A organização geral da Escola é feita por meio de um diretor e um coordenador. A escola Pa’i Chiquito possui vários professores indígenas e não indígenas. A maioria dos professores indígenas que atua nos anos iniciais e finais é formada no Magistério Indígena Ára Vera, promovido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e graduados na Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu, curso da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD), entre outras licenciaturas de outras instituições de ensino, tais como UNIGRAN (Centro Universitário da Grande Dourados) e UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul). Da mesma forma, os professores não indígenas que atuam na Escola Pa’i Chiquito possuem a sua formação na UNIGRAN ou na UEMS.

Entre 2020 e 2021, período da minha pesquisa, as aulas ocorreram de forma remota devido à pandemia da COVID-19. Algumas vezes foram presenciais. Na ocasião, as atividades foram construídas e elaboradas pelos professores, de acordo com o tema sugerido pelo diretor da escola. Depois de elaboradas eram entregues aos alunos ou a seus pais, para levar em sua casa e fazer as atividades.

O diretor sugeriu que as atividades entregues aos alunos fossem devolvidas em 15 dias, mas havia alunos que devolvia antes desse prazo. A avaliação era feita pelos docentes através da observação do desenvolvimento dos trabalhos e devolutivas. Durante o ano, na escola houve várias trocas de docentes e funcionários, por motivo de afastamento ou desistência. As aulas do ensino fundamental I e II ocorriam somente na parte da manhã. De tarde, duas salas de aula foram cedidas para extensão do ensino médio. De acordo com a direção da escola, a merendeira e as faxineiras iam à escola para marcar presença e fazer a limpeza, os vigias continuaram com a rotina de sempre, vigiando todas as noites.

2.2 Estrutura Física da Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro

A escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, situada na Terra Indígena Panambizinho no Distrito de Panambi, Município de Dourados, Estado de Mato Grosso Do Sul, está localizada a 28 km da cidade de Dourados. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2017), que se encontra em processo de revisão, a escola possui uma estrutura física de alvenaria, contendo 06 salas de aula, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 laboratório de informática (atualmente sem funcionamento), 01 cozinha, 01 banheiro externo masculino e 01 banheiro externo feminino, além de 01 banheiro na secretaria. Há também uma quadra de esportes sem cobertura e um pequeno pátio, contendo mesa e banco para que os alunos façam suas refeições.

A escola não possui refeitório e também não há banheiro sanitário para a cozinha, para a sala de professores e não possui sala de coordenação. Não possui tanque para lavar os panos de chão nem pia para lavar as mãos na cozinha. A escola também não tem acessibilidade para pessoas com deficiência e não possui depósito de material de limpeza. A biblioteca ocupa, de forma improvisada, parte de uma sala de aula.

Importante destacar que desde a sua criação, em 2004, a escola foi pintada uma única vez, em 2015, mas claramente precisa de reforma e de ter a ampliação de alguns espaços.

2.3 A modalidade multisseriada de ensino

A partir do ano de 2020, a escola tornou a atender de maneira multisseriada os seus alunos. De acordo com a gestão atual, ao ser entrevistado, relatou que a Secretaria da Educação Municipal (SEMED) quem autorizou, argumentado que não havia um número suficiente de alunos matriculados na escola, ou seja, com poucos alunos matriculados naquele ano, a escola correu risco de ser fechada. Para não fechar, decidiu-se pela modalidade multisseriada.

Entretanto, a quantidade pequena de alunos matriculados na Escola Pa'i Chiquito se deu porque as mães matricularam os filhos na Vila Panambi. De acordo com alguns relatos ocorridos em reuniões de que participei, mães relataram que a escola da aldeia estava com a estrutura física ruim, como porta do banheiro estragada, parede

sem pintura, sem ventiladores nas salas de aula e a quadra sem cobertura e, por fim, relataram que a diretora da escola da Vila estava dando cesta básica em troca de matrícula, esses são alguns argumentos que as mães apontaram, e que isso levou a retirar os filhos da escola de Panambizinho.

De fato, verificamos que a quantidade de alunos do 1º ao 5º ano matriculados nos anos de 2020 e 2021 foi reduzida. Dados fornecidos pelo diretor da escola, vindo da Secretaria de Educação de Dourados atestam essa redução¹.

Conforme os dados fornecidos, em 2020 foram matriculados 02 alunos no 1º ano do Ensino Fundamental, com idade entre 6 e 7 anos. No 2º ano do foram matriculados 07 alunos, entre 7 e 8 anos. No 3º ano, 03 alunos matriculados, entre 8 e 9 anos de idade. No 4º ano foram matriculados 04 alunos, entre 9 e 15 anos de idades. No 5º ano, 08 alunos matriculados, sendo de 9 a 14 anos de idades. 24 alunos no total. No ano de 2021 o número de alunos permaneceu o mesmo.

A partir do ano de 2020 até o ano de 2022, a forma de ensino da língua materna na Pa'i Chiquito tem sido muito complicada para os alunos dos anos iniciais, pois as aulas tem sido dadas por não indígena, embora os professores não indígenas não tenham culpa de atuar, já que foram enviados pela própria Semed/Ceaid.

São docentes não indígenas que tem atuado em sala de aula durante esse período. Além de não serem indígenas são não falantes da língua Kaiowá. Mesmo assim, a secretaria tem enviado esses professores para ministrar aulas em todas as disciplinas em turmas de 1º e 2º ano, de 3º e 4º ano e de 5º ano.

Ao verificar as atividades fornecidas pela direção, notei que esses professores tiveram grandes dificuldades para alfabetizar, sobretudo porque o Projeto Político Pedagógico em vigor na escola orienta claramente para se utilizar da cultura tradicional, principalmente da oralidade, no início da alfabetização, que é na primeira língua, o que não está acontecendo na escola.

Em entrevista, a professora Valdineia Aquino (2020) destaca essas informações: “no papel consta como se as crianças estivessem sendo alfabetizadas na primeira língua e com professores falantes da sua língua kaiowá, mas isso não está ocorrendo”.

Durante o trabalho de campo, foi observado que todos os regentes contratados devem lecionar quase todas as disciplinas do ensino fundamental I, e que possuem toda a responsabilidades pelo estudante durante esse período de formação. Para esse docente

¹ Os dados foram encaminhados via WhatsApp para mim.

é incluída a disciplina de Língua Materna, assim como Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Literatura e Cultura Indígena. Há também disciplinas como Educação Física, Artes e Cultura Religiosa.

Patrícia da Silva Pedro (2021), em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Alfabetização em Língua Materna na Terra Indígena Panambizinho”, relata que o início da extensão da escola em Panambizinho se deu em 1990. Em seu estudo, informa que a professora, na época, era não indígena, mas dominava a língua Kaiowá. Era uma professora ligada à Missão Caiuá, ensinava na língua, além de evangelizar, pois fazia uso de orações, hinos e corinhos na língua Kaiowá. Em que pese a questão religiosa, a língua Kaiowá foi fortalecida durante aquele início.

Um pouco mais de três décadas depois, em 2022, estamos vendo a língua Kaiowá perder espaço no processo de ensino-aprendizagem, com a presença de docentes não indígenas que não dominam a língua Kaiowá. Além disso, a modalidade multisseriada de formação permanece. Temos turma do Pré-Escolar, turma com o 1º e o 2º ano juntos, turma com o 3º, 4 e 5º ano juntos, além de 6º e 7º ano e 8º e 9º ano. Basicamente, todo o Ensino Fundamental tem se desenvolvido no formato multisseriado.

2.4 Sobre a formação e a atuação dos professores em Panambizinho

A formação de professores indígenas de Panambizinho, em sua maioria, iniciou-se no projeto de Magistério Indígena *Ára Vera*, o que, de acordo com sua certificação, habilita os professores indígenas para lecionarem na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os professores indígenas, formados pelo curso de nível superior na Licenciatura Intercultural Indígena oferecida pela Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), são habilitados para lecionarem nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Por exemplo, os professores formados na área de Linguagens podem dar aula de artes, língua materna (Guarani ou Kaiowá), língua portuguesa e educação física.

Durante o período da pandemia, havia professores formados na Licenciatura Indígena que lecionava nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, nas disciplinas de

Artes, História e Cultura Religiosa. Isso aconteceu por falta de professores habilitados para atuar nos anos iniciais que tivessem Pedagogia ou Magistério Indígena. Mas, na maioria das vezes, a Secretaria de Educação não aceita profissional do *Ára Vera* nem da Licenciatura Indígena para atuar como docente nos anos iniciais e na educação infantil, exigindo que, para exercer tal função, seja pedagogo.

Com a falta de professores indígenas falantes de língua materna, com formação em Pedagogia, são chamados professores não indígenas para atuarem como regentes, e como inclui a língua materna e todas as disciplinas do ensino nos anos iniciais, o professor não indígena acaba lecionando a disciplina de língua indígena, com o auxílio de professores indígenas. Mesmo assim, presenciei muitas dificuldades dos professores não indígenas na elaboração do planejamento e atividades do ensino da língua materna, isso por não serem bilíngues.

Cabe destacar que o Magistério Indígena é um projeto de curso de nível médio, formando os professores guarani e kaiowá, promovido pela Secretaria Estadual de Educação em convênio com as prefeituras municipais. Trata-se de uma iniciativa do Movimento dos Professores Guarani/Kaiowá que, desde 1995, pleiteia por um curso específico e diferenciado de formação. Este projeto teve início em 1999 e formou a primeira turma em 2002 (DOURADOS, 2002).

Além de professores do Magistério Indígena atuando nos anos iniciais, há também, durante os anos de 2020 e 2021, professores formados na Licenciatura Intercultural Indígena, com habilitação em Ciências da Natureza, dando aula nas disciplinas de História e Cultura Religiosa para o 1º e 2º ano. E também há professores habilitados na área de Linguagens, dando aula de Cultura Indígena e Cultura Religiosa, lecionando do 1º ao 9º ano.

Vale lembrar que no ano de 2020 e 2021 a professora não indígena formada em Pedagogia foi a responsável por lecionar nos anos iniciais de 1º e 2º ano, inclusive língua materna. Além disso, a Cultura Indígena e Literatura Indígena são lecionadas por outra professora não indígena, formada também em Pedagogia.

Destaca-se que o levantamento sobre o número de professores indígenas formados, residentes em Panambizinho, até o momento de realização deste estudo, são: 06 formados no Magistério Indígenas *Ára Vera*, sendo eles: Anardo Concianza Jorge, Mizael Concianza Jorge, Cleide da Silva Pedro, Fabio Concianza, Anastácio Peralta e Valdinéia Jorge Aquino. Desses, somente dois estão lecionando atualmente na escola,

sendo eles o professor Anardo e a professora Valdineia.

Atualmente são 09 professores formados na Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu que residem em Panambizinho, sendo três professores habilitados na área de Linguagens (Fábio Concianza, Patrícia da Silva Pedro e eu, Geisabel Veron), uma professora habilitada em Matemática (Ivanuza da Silva Pedro), dois habilitados em Ciências da Natureza (Luciana Aquino Concianza e Marildo da Silva Pedro) e três na área de Ciências Humanas (Tânia Fátima Aquino, Anastácio Peralta e Leide da Silva Pedro). Desses 09, apenas três lecionam na escola Pa'i Chiquito, sendo uma professora de Matemática, uma de Linguagens, atuando na aula de Artes, e uma professora com formação em Ciências Humanas, atuando na disciplina de História.

Com base nessa realidade descrita, podemos ver que é maior o número de professores possuidores dos conhecimentos tradicionais habilitados, mas que estão fora da sala de aula. Aos olhos da comunidade, a Secretaria de Educação deveria rever a necessidade de que a escola possui em atender a especificidade no ensino na e da língua materna.

Destaca-se que o curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu da UFGD oferece formação para professores indígenas Guarani e Kaiowá em licenciatura plena em Educação Intercultural desde 2006, habilitando nas quatro grandes áreas do conhecimento.

O Teko Arandu tem preparado professores indígenas voltados para atender as suas próprias comunidades. Embora não sejam fáceis os encaminhamentos para suprir a realidade de cada lugar, o curso nos acompanha para aperfeiçoar os nossos próprios conhecimentos, principalmente quando falamos no ensino da língua materna. Basicamente, o ensino da língua portuguesa é realizado tão somente para lidar com situações específicas como, por exemplo, para este momento em que estou relatando acerca da realidade da Educação Escolar Indígena em Panambizinho para quem não entende a minha própria língua. A compreensão da língua portuguesa nos auxilia também para relatar e ter acesso ao entendimento de que necessitamos fora da nossa aldeia.

O Teko Arandu consiste na formação exclusiva de nós indígenas Guarani e Kaiowá, suprimindo a necessidade na formação dos professores indígenas. Aqui no Tekoha/aldeia Panambizinho contamos com profissionais da educação indígena suficiente para atuar na nossa escola, mas por imposição da Secretaria de Educação não

estamos conseguindo obter êxito para que todos os profissionais indígenas possam lecionar. Por motivo burocrático, exigindo o processo seletivo e certificados de cursos de outras entidades, os professores indígenas não conseguiram alcançar o que é proposto para que pudessem ser contratados.

Uma das dificuldades é que no processo seletivo para docente se deve apresentar certificados de pontuação maiores do que os não indígenas para assumir uma vaga. Durante a pandemia, os educadores de Panambizinho não tiveram acesso aos cursos oferecidos de maneira remota pela Secretaria ou outra instituição, isso dificultou para obter os certificados. No processo seletivo, alguns também não tiveram auxílio no preenchimento da inscrição, sendo desclassificado e eliminado por erro no ato da inscrição.

Por outro lado, Arlindo da Silva Marcelino, da etnia Kadiwéu, morador na cidade de Dourados, atuou no ano de 2020 e 2021 na escola como diretor da escola Pa'i Chiquito. Ao entrevistá-lo, relata que nesses anos, a escola tem oferecido estrutura para a formação educacional da comunidade como um todo, não só de alunos e professores, e disse ainda que a escola deu condições para participação de cursos de formação online aos professores, na participação de reuniões, palestras, apresentação de trabalho via *live* dos acadêmicos, lideranças, rezadores e dos estudantes mestrando, fornecendo internet, impressão e computador. A pergunta que se faz, nessa situação, é: como professores indígenas habilitados permanecem fora da sala de aula?

Antes do diretor Arlindo, quem atuava como diretora era a professora Maria Regina de Souza, entre os anos de 2016 e 2019. Ela é da etnia Guarani e falante da língua materna, moradora da Reserva Indígena de Dourados. Durante sua gestão, a escola Pa'i Chiquito mantinha 30 funcionários, sendo 24 professores indígenas e não indígenas, 01 coordenadora, 01 diretora, 01 professor de sala de tecnologia, 01 professor do projeto mais educação, 1 secretária, 1 secretário, em conformidade com o Projeto Pedagógico da escola.

Destaca-se ainda que os docentes indígenas da escola, em sua maioria, eram professores que residiam em Panambizinho. Verificamos, portanto, na atualidade, um retrocesso, devido à redução de professores indígenas de Panambizinho na escola da própria comunidade.

Sabemos que, no pré-escolar, a aula deve ser ministrada na língua Kaiowá, de acordo com o referencial teórico específico da Educação Escolar Indígena (RCNEI,

1998). Os anos iniciais (1º, 2º e 3º) devem ser atendidos principalmente pelos professores indígenas bilíngues. Dessa forma, a escola visa garantir o período de alfabetização na língua materna, iniciando com o processo de ensino da língua portuguesa como segunda língua, o que deverá ocorrer a partir do 4º ano do Ensino Fundamental. Isso é o que está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola Pa'i Chiquito (PPP, 2017, p. 07).

Além disso, a língua materna como disciplina na matriz curricular deve buscar a valorização dos conhecimentos indígenas dos alunos, mas durante a pesquisa foi constatado que isso não está acontecendo na escola, começando com a exclusão de professores indígenas do processo seletivo pela Secretaria Municipal de Educação e que piorou ao enviar professores não indígenas e não falantes da língua para atuar na escola, principalmente na educação infantil, mas também nos anos iniciais. Com isso, verificasse claramente um problema de gestão.

2.5 Gestão escolar na Pa'i Chiquito

A gestão escolar da escola Pa'i Chiquito teve início a partir de 2004. Na época, funcionava assim, a comunidade escolar, junto com a liderança, criou o Conselho Escolar e, através deste grupo, indicava quem poderia ficar como diretor(a). Assim também era na escolha da coordenação pedagógica, de professores, de merendeira, de serventes, entre outros.

Ocorreu dessa maneira até no ano de 2015. Depois de 2015, a escola passou a seguir exclusivamente as ordens da Secretaria Municipal de Educação. Nesse formato, a cada três anos deveria ser feita uma eleição para eleger um diretor, como prevê a Resolução/SEMED nº 45/2015, que trata das eleições municipais para diretor/a, diretor/a adjunto/a e conselhos escolares, após amplo debate da comissão central realizado nos dias 14 e 16 de outubro de 2015. Sendo assim, a partir daquele ano a escola vem trocando de diretor através da eleição e com ela vem se modificando a forma do ensino.

Para concorrer ao cargo de direção escolar, deve-se seguir os critérios que a própria SEMED propõe. O candidato deve ter ensino superior e ser concursado, assim então, segue essa regra na escola Pa'i Chiquito. Vale destacar também que, a partir de

2015, todos os coordenadores para atuar na escola Pa'i Chiquito são enviados pela Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED).

2.6 A proposta pedagógica de ensino na escola de Panambizinho

De acordo com o Projeto Pedagógico da Escola Pa'i Chiquito, a proposta pedagógica busca valorizar os conhecimentos indígenas dos alunos Kaiowá. Sendo assim, trabalham com o projeto resultante da demanda elencada pela comunidade escolar, de forma interdisciplinar, partindo de um tema gerador, oriundos das necessidades escolares, prevalecendo a cultura local, trabalhando de acordo com a realidade local e na língua materna, valorizando assim os costumes de dentro para fora.

Por exemplo, um dos temas geradores garantidos no calendário escolar é o tempo de *Jerosy Puku/canto longo*. Batismo do milho branco, o milho sagrado *jakaira*, o ritual de que toda a comunidade e todos os alunos participam. O aluno participa com ensinamentos culturais na casa de reza e na atividade escolar, onde é ensinada a reciprocidade, a solidariedade e o reconhecimento de cada família extensa e seu papel no repasse de conhecimento.

A partir desse repasse de conhecimento durante o tempo de *jerosy puku/canto longo* é que temos, então, o tema gerador construído em coletivo, junto com os demais professores, e depois repassando para os alunos as atividades nas dependências da escola, de acordo com o seu entendimento de participação e observação.

Embora na busca das confecções sigamos com materiais sintéticos alternativos (linhas, panos, entre outros), por conta da inexistência de materiais extraídos da natureza, é muito importante para que nós possamos seguir a forma de fazer as vestimentas/*te 'yi nhemondeha/vestimentas tradicional*, consideradas Kaiowá, o *poty* e o *jegwaka/cocar* de linhas, por exemplo.

Figura 4: alunos do 4º ano com vestimentas tradicionais



Fonte: arquivo pessoal da autora

Figura 5: aluna pintando takwáry



Fonte: arquivo pessoal da autora

Figura 6: aula sobre a trança do poty



Fonte: arquivo pessoal da autora

Em 2022, a Escola Pa'i Chiquito permanece com as aulas em salas multisseriadas. No momento a situação da escola é precária, de acordo com o diretor interino, professor Anardo Concianza. Ao entrevistá-lo, Concianza (2022) relatou que a escola voltou a funcionar somente no final de abril, devido às várias ameaças de fechamento e de tornar a ser extensão da Tengatu'i Marangatu, novamente, vindo da Secretaria Municipal de Dourados.

De acordo com Concianza (2022), o motivo de a Semed querer fechar a escola ou torná-la extensão novamente é devido ao atraso na contratação de docentes e por que a escola, na ocasião, não havia enviado as matrículas dos alunos, além da direção escolar estar afastada, com base no artigo 223 da Lei Complementar 107/2006, conforme consta no diário oficial de nº 5.625 do dia 06 de abril de 2022, que acarretou o afastamento do diretor da escola pela Secretaria Municipal da Educação (Semed) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Dourados e com o Ministério Público Federal, em uma das reuniões que ocorreu nas dependências da escola em abril de 2022, foi informado para a comunidade e liderança que o diretor havia sido afastado por realizar a prestação de contas, além da demora do envio dos contratos dos professores e também por não enviar as matrículas dos alunos.

Por esses motivos, a nossa escola iria ser fechada e os alunos poderiam ser

encaminhada para a Escola da Vila Panambi. A Semed achou que não havia alunos matriculados na nossa escola. Mas com muita resistência da comunidade, não deixamos fechar e voltar a ser extensão da Tengatu'i novamente. Tivemos que indicar alguém para assumir a direção da escola, então, com a força coletiva da comunidade, indicamos o Professor Anardo Concianza Jorge.

O novo diretor relata que, depois que assumiu a direção da escola, está recebendo ajuda da FAIND/UFGD e de demais apoiadores, para pintar a escola, arrumar as portas e ventiladores das salas de aulas. Relata ainda que, após as mães virem manutenções e reformas acontecendo na escola, passaram a matricular seus filhos na escola indígena, trazendo de volta seus filhos para a escola da aldeia.

2.7 A estrutura curricular da Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro

A escola Pa'i Chiquito segue as normativas da Secretaria Municipal de Educação (Semed). A Resolução da NEE/SEMED n° 007, de 14 de janeiro de 2021 dispõe sobre a aprovação da Matriz Curricular do Ensino Fundamental para Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, e dá outras providências.

De acordo com o artigo 2º, a carga horária dos anos correspondentes ao Ensino Fundamental é de 25 h/a semanal, com duração de 50 minutos cada aula, totalizando 1.000 h/a anuais.

Os componentes curriculares previstos na Matriz Curricular, conforme a Resolução 007, de 14 de janeiro de 2021, para os anos iniciais – 1º ao 5º ano são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Histórias e Geografia, e devem ser ministrados por docentes graduados em Pedagogia, Normal Superior e, na falta de um destes magistérios. Para ministrar as aulas de Artes, somente licenciados em Artes ou em Educação Artística. Da mesma forma para Educação Física, somente docentes formados em Educação Física podem ministrar a disciplina.

Por outro lado, Cultura Religiosa pode ser ofertado por docentes licenciado em Pedagogia, Normal Superior ou Ciências Humanas. Semelhantemente, a disciplina de Cultura Indígena pode ser ofertada por pedagogo ou profissionais licenciados em Ciências Humanas ou Magistério.

O ensino da língua materna, quer seja Guarani ou Kaiowá, deve ser ministrada

por docente licenciado em Pedagogia ou áreas afins, falantes da língua.

Com relação aos anos finais – 6º ao 9º ano, a Resolução 007 de 14 de janeiro de 2021 diz que os componentes curriculares previstos na Matriz Curricular deverão ser ministrados por docentes com licenciatura plena específica. Dessa forma, Língua Portuguesa deve ser ministrada por alguém licenciado em Letras ou Linguagens; Matemática por licenciados em Matemática; Ciências por docentes licenciados em Ciências Biológicas; História por alguém habilitado em História ou em Ciências Humanas; Geografia por licenciados em Geografia ou em Ciências Humanas; Artes licenciado em Artes ou Educação Artística e Educação física por docentes formados em Educação Física.

Para a disciplina de Cultura Religiosa admite-se professores formados em Ciências Humanas, Pedagogia ou em outra área das que já foram mencionadas.

Para a disciplina de Cultura Indígena, esta deve ser ofertada por docentes com licenciatura em Ciências Humanas ou em uma das outras áreas já mencionadas. Na falta desses, um pedagogo pode assumir.

Quanto ao ensino de Língua Indígena Guarani e Kaiowá, a disciplina pode ser ministrada por pedagogo ou alguém com formação Normal Superior, Magistério ou outra Licenciatura na área da Educação, que seja falante na língua da etnia. Nota-se que, neste caso, a Resolução permite que outros profissionais possam ministrar as aulas de língua materna nos anos finais do Ensino Fundamental. Segue o quadro com a distribuição das disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

Quadro 2 – Disciplinas e suas respectivas cargas horárias para os anos iniciais do Ensino Fundamental I na escola Pa’i Chiquito-Chiquito Pedro

Componente Curricular	Ano	Hora-aula semanal (h/a)
Língua Kaiowá	1º	5
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Língua Portuguesa	1º	1
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Educação Física	1º	2
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Artes	1º	2
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Cultura Indígena	1º	2
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Matemática	1º	5
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Ciências	1º	2
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
História	1º	3
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Geografia	1º	2
	2º	
	3º	
	4º	
	5º	
Cultural Religiosa	1º	1
	2º	
	3º	

	4°	
	5°	

O total de hora aula semanal para cada ano de formação é de 25 horas/aulas. Durante o ano são 1000 horas/aulas para cada ano. Pelo quadro é possível verificar que a disciplina de Língua Kaiowá perde horas/aulas a partir do 4º ano, enquanto que a Língua Portuguesa ganha horas/aulas a partir do 4º ano. De todo modo, a disciplina de Língua Kaiowá permanece durante todo o Ensino Fundamental I. Ainda, pelo quadro, verifica-se que as demais disciplinas não tem alteração na quantidade de horas aulas, ou seja, é a mesma quantidade de aulas para cada ano de formação, com destaque para a disciplina de Matemática, com maior carga horária em todos os anos.

Com relação à lotação dos professores para atuar nos anos iniciais, a Resolução NEE/SEMED nº 007, de 14 de janeiro de 2021, prevê a existência de dois tipos de professor regente (I e II). O professor regente I (pedagogo) é aquele que atua com seis disciplinas ao longo da semana, são elas: Língua Kaiowá, Língua Portuguesa, Ciências, Matemática e Cultura Religiosa. O professor regente II (pedagogo) é aquele que atua em apenas duas disciplinas: História e Cultura Indígena.

Embora o objetivo do presente trabalho seja explorar questões relacionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental I, é apresentada abaixo a matriz curricular dos anos finais para evidenciar o espaço ocupado pela língua Kaiowá no currículo escolar e na prática. De acordo com a Resolução NEI/SEMED nº 007, de 14 de Janeiro de 2021, a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro oferta os anos finais do Ensino Fundamental II: 6º, 7º, 8º e 9º ano. São 5 dias letivos semanalmente, totalizando 200 dias letivos. A hora aula é de 50 minutos. Segue o quadro com as disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

Quadro 3 – Disciplinas e suas respectivas cargas horárias para os anos finais do Ensino Fundamental II na escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro

Componente Curricular	Ano	Hora aula semanal (h/a)
Língua Kaiowá	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
Língua Portuguesa	6º	5
	7º	
	8º	
	9º	
Educação Física	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
Artes	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
Cultura Indígena	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
Matemática	6º	5
	7º	
	8º	
	9º	
Ciências	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
História	6º	3
	7º	
	8º	
	9º	
Geografia	6º	2
	7º	
	8º	
	9º	
Cultura Religiosa	6º	1
	7º	
	8º	
	9º	

Conforme pode ser verificado no quadro 3, a língua Kaiowá se mantém nos anos finais, mas apenas com 2 h/a semanais. Destaca-se que a maior carga horária fica com a disciplina de Língua Portuguesa (5 h/a) e com a disciplina de Matemática (também com 5 h/a). Isso demonstra a ênfase que é dada à língua

portuguesa e à matemática nesse período de formação dos estudantes.

CAPÍTULO 3 - A LÍNGUA MATERNA NOS ANOS INICIAIS NA ESCOLA PA'I CHIQUITO-CHIQUITO PEDRO

3.1. O ensino na língua materna: Nhane nhe'ẽ/nossa fala

A educação indígena é o modo de repassar conhecimento para as próximas gerações. O modo de educar é feito no pluralismo e esse pluralismo está no modo de aprender a respeito da cultura Kaiowá, pois os processos culturais dos sujeitos, aqui os indígenas Kaiowá, orientam a ótica do ver, do aprender, do ser Kaiowá, tudo por meio da língua, todos os repasses de conhecimento ocorrem por ela.

Frente a essas afirmações apresento alguns autores que fundamentam e legitimam o processo de ensinar e aprender específico kaiowá. Esse ensinar e aprender ocorre a partir de uma memória, um simbolismo e uma identidade. Chamorro (2017) apresenta o que é esse simbolismo do *Nhande reko*:

Na língua Kaiowá, não há um termo equivalente ao que nós chamamos “religião”; o que há são expressões que podem nos aproximar desse conceito experiência. *Nande reko katu*, “nosso bom modo de ser”. Com essas expressões, os Kaiowá de Panambizinho falam de seus bons costumes, das normas éticas que orientam suas vidas, falam de seus rituais, da origem do grupo e das suas utopias (CHAMORRO, 2017, p.113.)

Chamorro (2017) apresenta um cenário que demonstra como acontece a construção identitária do Kaiowá, a partir da relação dos simbolismos. Por exemplo, para os não indígenas, a árvore *tembeta'y* não é sagrada, não tem uma representação e significado, para os Kaiowá ela tem uma representatividade, uma importância. Assim acontece na cultura Kaiowá, há uma singularidade no construir esse simbolismo, esse que não está na sala de aula dos povos Kaiowá, mas está no dia a dia no *Nhe'ẽ*/fala, na língua.

Para Naide Concianza (2020), anciã de Panambizinho, o professor indígena Kaiowá precisa compreender que: “*Nhande kaiowa kwéry nhe'ẽ rupi mate ikatu jaheko mbo'e tee nhane mitã kwéry*”. Que somente através da língua que podemos repassar os mais íntimos do ensinamento Kaiowá. Julia Cavalheira (2020), outra anciã de Panambizinho, assim declara sobre o ensino das crianças: “*Ka'agwy kirũmy, mitã kwéry oiko ha'enho opa áry pe, oiko pe pa'ũgwe rupi, upe rupi oikwaa va'erã, ha*

yvytu piro'y rupive, nhambohasa, ixupe kwéry nhande nhe'ẽ tee Kaiowá”, isto é: “No silêncio da mata as crianças convivem solidariamente com a natureza no seu cotidiano, vivem uma integração harmoniosa com ela, compreendem as suas necessidades, conhecem seus segredos, mais íntimos sussurrados pelo vento, que repassamos somente através da nossa língua Kaiowá (J. C. VERON, 2020).

O que *nhandesy* Julia Carvalheira Veron menciona é que existem conhecimentos que são repassados somente por meio da oralidade às crianças, que no decorrer do tempo ou quando se encontra em um lugar propício a criança começa a perceber o que lhe foi ensinado.

A relação da língua Kaiowá com a identidade e o pertencimento do aluno Kaiowá com o seu *tekoha*/Aldeia não pode ser descartada no ato de ensinar e aprender com sentimento mais profundo de ensino. Nesse sentido é que o educando pode se enxergar como pertencente a esse mundo.

O mundo Kaiowá tem outra dinâmica, rompendo a estigmatização de campo como o reduto do atraso, ressalto aqui a importância da língua Kaiowá, pois sem a língua um povo perde a sua memória e a sua história, o seu canto, a sua dança e a sua forma de contar a mitologia, o seu ensinamento próprio.

Por meio da língua Kaiowá o professor indígena tem a liberdade de construir junto com o educando. É a liberdade do estar e de construir um ensino realmente de qualidade, com autoestima e valorização do *nhande reko*/ nosso modo de ser. É o espaço de aprendizagem como um lócus de produção do conhecimento, é o estar com uma finalidade, que denomino aqui como relação de pertença, que essa, por sua vez, passa por um processo simbólico cultural construtivo.

Os educadores de Panambizinho precisam ter essa sensibilidade para enxergar e propiciar essa relação na construção do ensino: língua, sujeito, cultura e sentidos, pois ressaltamos que é como se houvesse um apelo da natureza, para que ela se torne *nhe'ẽ*/fala.

Para que os professores e alunos se integrem àquilo que é natural, que é a língua vivida e falada, deve-se compreender que a memória da língua Kaiowá não é apenas passada, mas fonte de inspiração para selecionar as novas questões que se colocam no presente e para o futuro. Assim é o ensino da língua Kaiowá a partir da realidade do educando, não é apenas ir para escola, mas construir a escola com a comunidade, debater na escola as questões emergentes na comunidade, é a escola como um espaço

de produção, produção para si, e não para os outros.

O ensinar e aprender estão carregados de sentidos, de intencionalidade, o que também está ligada a identidade do educador indígena. Como afirma Knapp:

O princípio “primeiro as coisas primeiras” compreende que a primeira língua deve ser central em todos os aspectos educacionais da criança: assegurar que a língua materna da criança seja adequadamente desenvolvida (KNAPP, 2020, p.113).

O professor indígena Kaiowá deve ser sensível para aprender a aprender com os alunos indígenas na socialização, na interação, na construção do conhecimento Kaiowá, para se sentir o ser Kaiowá. Ressalto aqui a importância da análise do ensino da língua Kaiowá, enfatizando que, a partir de 2002 até 2015, propostas culturais que a escola regia nos moldes do anseio da comunidade, foram sendo alteradas. Nesse sentido, analisamos as mudanças que ocorreram e a inserção de novos padrões da educação escolar a partir do ponto de vista do ensino com características colonialistas.

Durante a pesquisa de campo, nos anos de 2020 e 2021, entrevistei também alguns dos docentes que atuaram nos anos iniciais do ensino fundamental I. Uma das entrevistadas é uma professora não indígena, que lecionou em 2020, ministrando aulas nos anos iniciais, na modalidade multisseriada de ensino. A Mesma não autorizou a gravação da entrevista, mas aceitou conversar e permitiu que fossem feitas anotações no meu caderno de campo.

A professora atua em todas as disciplinas do ensino fundamental I do 1º e 2º ano, nas disciplinas de Matemática, Ciências, Língua Portuguesa, História, Geografia, Cultura Indígena e Língua Kaiowá. Ela reconhece que não possui experiência no ensino da língua materna e cultura indígena, principalmente por não ser falante e por desconhecer os costumes indígenas.

Para poder planejar e ministrar as aulas e desenvolver atividades de língua materna, recorre à orientação da coordenadora e ao diretor da escola. A professora afirma que, no momento da sua contratação na Secretaria Municipal de Educação de Dourados-MS, não foi informada que teria que ministrar a aula de língua materna e cultura indígena.

Essa atividade é um desafio muito grande para ela, até o momento não sabia por onde começar a planejar as aulas dessas disciplinas, afirmando: “não tenho noção de como ensinar a língua materna e cultura”. Diante disso, além de recorrer à

coordenadora e ao diretor, está recorrendo aos professores indígenas por não conseguir ensinar de acordo com o conhecimento kaiowá, por não ser uma indígena e não falante da língua Kaiowá.

A única maneira, então, é trabalhar em todas as disciplinas, tomando como língua de instrução a língua portuguesa, utilizando a língua materna e cultura somente na tradução de língua portuguesa para o Kaiowá feita pelos alunos. Segundo a professora, na aula de língua materna trabalha a escrita em língua portuguesa, escrevendo vários nomes e palavras em português, e depois pede para o aluno traduzir em Kaiowá.

Nesse modo de ensino, posso afirmar que o aluno do primeiro ano não conseguiria traduzir nem uma palavra escrita em português para o Kaiowá. Ainda mais em aula remota. Isso dificulta a aprendizagem da criança Kaiowá. Conforme observado, havia alunos do 1º ano que ainda não sabiam escrever seu próprio nome, como poderia traduzir frases ou palavras?

A professora me apresentou uma atividade e um planejamento que elaborou para as aulas remotas, conforme pode ser visto a seguir. Na atividade, a professora escreve assim: aula de língua indígena. O comando da atividade é que o aluno leia o texto e depois escreva na língua indígena os nomes conforme os desenhos. Por fim, solicita que sejam separadas as sílabas das palavras.

Quadro 4: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 1º ano por uma professora não indígena

<p>Atividades -1º ano</p> <p>1) Leia o texto e circule as palavras iniciada com a letra V.</p> <p style="text-align: center;">O V ESTÁ NA VACA NO VESTIDO E NA VELA E NO VASO DA ANABELA</p> <p>2) Escreva o nome dos desenhos na língua indígena e, em seguida, separe as sílabas.</p> <p>VACA VIOLÃO VACINA VOVÔ VOVÓ VASO</p>
--

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pela professora

Conforme pode ser visto no exercício 2, não há figuras para as crianças observarem e escreverem. Percebe-se também, eu como falante da minha língua materna, que tinha de pesquisar as palavras escritas pela professora para tradução, porque nessa atividade que a professora pediu para os alunos do primeiro ano traduzir, depois de muita pesquisa, não encontrei tradução para a maioria das palavras, somente duas se pode traduzir, que é o *vovô/nhamoĩ* e *vovó/Jarí*. As restantes não são do uso e costumes na língua Kaiowá de Panambizinho, ou seja, pediu para traduzir nomes de animais que não existem na nossa cosmologia, além de palavras que fazem referência á cultura não indígena, como vacina, vaso e violão.

A seguir, apresento uma atividade de língua indígena elaborada pelo professor indígena no ano de 2020. O professor atuou como regente dos alunos do 1º e 2º ano, também no formato multisseriado. Ele é formado no Magistério Indígena Ára Vera e na Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu (FAIND/UFGD).

O professor leciona as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Kaiowá, Ciências, Histórias, Geografia, Matemática e Cultura Indígena. Depois de muitas conversas, após muito diálogo na escola, a respeito da Educação Escolar Indígena, o mesmo me forneceu a forma de ele elaborar as atividades para os alunos e permitiu que eu pudesse digitar neste trabalho. Diante disso relato a forma das atividades elaboradas pelo professor.

Quadro 5: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 1º ano elaborado por um professor indígena

<p><i>NOME:</i> <i>ESCOLA:</i> <i>DATA:</i></p> <p><i>PEJAPO TEKOKHA RA 'ANGA (pede que o aluno desenhe a sua aldeia)</i></p> <p><i>EMOĨ NDE ROGA RA 'ANGA (pede que o aluno desenhe a sua casa)</i></p> <p><i>NDE SY HA NDE RU RA 'ANGA (pede que o aluno desenhe a mãe e o pai, como vivem)</i></p> <p><i>EMOĨ HÉRY KUÉRY AVE? (pede que o aluno escreva sobre os desenhos os nomes de cada um deles)</i></p>

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pelo professor

O professor relatou que escreve na língua materna em todas as disciplinas que leciona. No primeiro momento da atividade pede que o aluno faça desenhos sobre o seu tekoha. O aluno deve produzir desenhos do tekoha/aldeia, da sua casa, da sua família e escrever os nomes dos desenhos produzidos por ele. Deu-se a entender que, através da produção de desenhos, todos podem demonstrar a ligação do modo de viver e de ser, seguindo o contexto geral da sua família.

Em 2021, a pedido da Secretária de Educação, o professor atuou também como regente no 3º, no 4º e no 5º ano, com as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências, Língua Kaiowá, História, Geografia, Cultura Indígena e Matemática. Cabe ressaltar que o professor elaborar as próprias atividades para cada ano e para cada disciplina. Para o 3º ano, por exemplo, foi elaborada uma atividade para a aula de língua materna na seguinte modalidade:

Quadro 6: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 3º ano elaborado por um professor indígena

<i>ALUNO (a)</i>
<i>TURMA: 3º ANO</i>
<i>LÍNGUA INDÍGENA</i>
<i>1) EJAPO NHE'Ě PUKU OGUSU REHEGUA (NESTA ATIVIDADE, FOI INSERIDA UMA IMAGEM DA CASA DE REZA).</i>
<i>2) ĀY EJAPO NHEMOMBE'U REHEGWA (RESPONDA)</i>
<i>A-MBA'E HE'ISE ONGUSU?</i>
<i>R:</i>
<i>B-KIVA'E OGUEREKO?</i>
<i>R:</i>
<i>C)MBA'E OĪME ONGUSUPY?</i>
<i>R:</i>
<i>3) EMOJOAPY PORĀ NHE'Ě (ordenar)</i>
<i>A) RE-KO-KUE=_____ D) O-SU-NGU=_____</i>
<i>B) Y-RU-RY=_____ E) RI-GUA-PI=_____</i>
<i>C) TI-A-VA=_____ F) GUY-JE-A=_____</i>
<i>4) EHAÍ NHE'Ě MBYKY, KO'ANGA (EIPURU, YVA, MBA'ASY, YTY)</i>
<i>A _____</i>
<i>B _____</i>
<i>C _____</i>

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pelo professor

Nessas atividades, no primeiro exercício, o professor pede ao aluno que produza um texto, partindo de uma imagem da casa de reza. Na segunda questão, pede que o aluno responda, usando o conhecimento que tem sobre a casa de reza, inserindo três perguntas principais: o que é uma casa de reza? Quem deve ter? o que deve ter dentro

da casa de reza? No terceiro exercício, o professor pede que o aluno ordene as palavras, sugerindo os nomes usados e acreditando em um conhecimento prévio das crianças, assim, podendo juntar e escrever corretamente. No último exercício, o professor pede que o aluno produza frases curtas, usando as palavras do dia a dia da criança (*eipuru*/emprestar, *yva*/frutas, *mba'asy*/doenças, *yty*/lixo). Além de praticar esse tipo de atividade para o 3º ano, o professor elabora várias atividades, inserindo imagens.

Sobre as atividades do 4º ano, o professor elaborou usando a colagem de imagens extraídas de livros relacionados à comunidade de Panambizinho. Depois de colar na folha de papel sulfite, o professor escreveu pedindo que o aluno fizesse a produção de texto a partir das imagens.

Quadro 7: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 4º ano elaborado por um professor indígena

<i>ESCOLA:</i>
<i>NOME:</i>
<i>JAHÁÍ KO TA'ANGA REHEGUA (nesta atividade foi inserido imagens de indígenas e uma casa).</i>

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pelo professor

Conforme descrito acima, as atividades são todas feitas de forma manuscrita, usando várias imagens diferentes da comunidade de Panambizinho. Em todas as atividades o professor trabalhou com produção de texto em língua materna durante as aulas remotas. A seguir apresenta uma proposta de atividade elaborada pelo professor para o 5º ano.

Quadro 8: Modelo de proposta de atividade de Língua Kaiowá para alunos do 5º ano elaborado por um professor indígena

<i>ESCOLA:</i>
<i>ALUNO(A):</i>
<p><i>EJAPO</i></p> <p><i>JEJAPO PYRÃ</i></p> <p><i>APY OĨME REMBOHOVAI VA'ERÃ, POKOĨ NHEPORANDU.</i></p> <p>1) <i>EHAI MI NDEJEHEGWI, NDE REIKWAAVA PE NHE'Ê IDENTIDADE REHEGWA, MBA'E PA NDE RE REIKWAVA/RENTENDE?</i></p> <p>2) <i>EMOMBE'U AVE REJEKWAA'UKA HA REHEGWA.</i></p> <p>3) <i>EHAI AVE RENHEMOMBE'ÚVA REHEGWA REHE.</i></p> <p>4) <i>MBA'E NDE REIKWAA TEKÓ VAI ME'ÊHA?</i></p> <p>5) <i>EMOMBE'U TEKÓ PORÃ, MBA'EPA?</i></p> <p>6) <i>EJAPO NHEPORANDU KO MBO'EPY PEGWA PE, UPEKWE AE EHAI.</i></p> <p>7) <i>EMOMBE'U NDE PA REROVY'A, TERÃ NDEREROVYAI KO'Ã NHEPORANDU?</i></p>

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pelo professor

As atividades do 5º ano tratam da identidade. O professor usou um questionário, conforme observado. Trata-se de uma aula referente ao bem viver do aluno, no conhecimento da vida como ser humano, para que ele possa fazer a pesquisa com os mais velhos sobre identidade: o que é viver bem, e o que traz as coisas ruins na vida. É uma aula de reflexão da vida.

Embora não seja bem elaborada, é de uma boa compreensão. Estas são algumas das atividades dos anos iniciais usadas no ensino de língua materna durante a pandemia em 2020. Material produzido pelo professor regente Anardo Concianza Jorge.

O ano de 2021 iniciou de forma remota, voltando a ser presencial apenas em 16 de novembro do mesmo ano. Até o momento desta pesquisa, houve novo decreto municipal para a suspensão das aulas presenciais para os alunos nas escolas indígenas - CI Nº 1468/2021, de 16 de novembro de 2021 até 30 de novembro de 2021. As aulas presenciais ficaram suspensas novamente na Escola Pa'i Chiquito Pedro.

Durante a aula remota, todos os planos e atividades foram elaborados pelos

professores na dependência da escola, no seu horário de aula. Para a elaboração dos planos e atividades, foram sugeridos temas geradores a serem trabalhados, de acordo com a sua disciplina. E nesses períodos de aula remota na escola Pa'i Chiquito, os professores, junto com a direção da escola, procuram dialogar para poder manter um tema gerador para ser trabalhado de forma geral. Em 2021, por exemplo, foi escolhido o tema gerador denominado: **Identidade**.

Usando esse tema como unidade temática, todos os professores concordaram em trabalhar com ele. O tema envolveria as famílias, pandemia, a roça, costumes, meio ambiente, escola, entre outros aspectos identitário e cultural Kaiowá. Dentro dessa unidade temática, os professores escolhem os temas contemporâneos para trabalhar com seus alunos. Um dos temas que acharam mais relevante foi: *FAMILIA/YPYVAYRA E ESCOLA/MBO'ERÓY*, escolhidos pelos educadores da escola para trabalhar no seu plano de aula. Embora as atividades eram de forma impressa na aula remota, alguns alunos foram tirar dúvidas na escola. Nesse período, nós professores cumprimos o nosso horário na escola em 2021.

Depois de planejadas as atividades, são impressas na escola. E todas as atividades, de todas as disciplinas, são inseridas dentro de um saco plástico para serem entregues aos alunos ou para os pais. Os alunos e os pais são orientados para devolução em quinze dias, ou antes, para que sejam corrigidas e avaliadas pelos docentes. Como já afirmado anteriormente, durante o período de 2020 e 2021, entrevistei alguns dos docentes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental I na escola Pa'i Chiquito Pedro. Tive acesso aos planos e às atividades de alguns professores indígenas e não indígenas. Iniciando, assim, entrevista com a professora não indígena, que atua como regente nos anos iniciais do 1º e 2º ano, no formato multisseriado.

A professora é não indígena, não falante da língua Kaiowá, é formada em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, mora na cidade de Dourados e, no ano de 2021, atuou como regente na sala de aula da escola Pa'i Chiquito, ministrando seis disciplinas nos anos iniciais: Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, Matemática, Língua Kaiowá e Cultura Religiosa. Embora a professora já tivesse atuado em outras escolas indígenas, e até mesmo na Escola Pa'i Chiquito Pedro em outros momentos, em que lecionou Língua Portuguesa e Inglês, nunca conseguiu se aperfeiçoar no uso da língua indígena, e argumenta que não teve opção, por isso tinha que ficar na regência, se sentindo na obrigação de dar aula de língua indígena.

Diante do relato da professora regente e da análise dos materiais de planos de

atividades fornecidos por ela, no ensino da disciplina de Língua Kaiowá, nos anos iniciais 1º e 2º ano, nota-se que as atividades são elaboradas em textos prontos em português. Os textos são retirados de livros didáticos ou internet, sendo recortado e colada em papel sulfite, depois impresso para ser entregue aos alunos.

Todas as atividades são elaboradas em português. Nas atividades entregues aos alunos, são inseridas palavras que não são do uso e costumes específicos dos alunos kaiowá e da comunidade. Em muitos casos, nem são traduzíveis, por isso, utiliza-se muito de empréstimos. Para além desse fator limitante, do ponto de vista linguístico, cabe ressaltar também aspectos culturais. Em uma das atividades, a professora usou a palavra “vela”. De acordo com o nosso costume kaiowá, isso é uma coisa que atrai algo ruim, como anúncio de morte, chamamos de *mbora'u*/mau agouro, que pode ocasionar num acontecimento ou notícias ruins, por estar associada com morte, defunto, velório. Desenhá-la, por exemplo, estaria anunciando a morte de parentes, entre outros.

3.2 O ensino da língua materna desenvolvido pelo professor Kaiowá durante a pandemia

O ensino da língua indígena por docente não indígena causa preocupação no professor indígena Anardo Concianza Jorge:

Os alunos Kaiowá dos anos iniciais devem ser ensinados pelos professores indígenas, falantes da língua materna, pois esses são conhecedores das tradições e da realidade Kaiowá. Se a criança for ensinada por não falante da língua materna, ela estará sendo forçada e pressionada a se desvincular da sua própria língua e do conhecimento do passado, e como vai prosseguir com o ensino do *nhande reko tee*? (A. C. JORGE, 2021).

Diante das mudanças repentinas na escola, desde pequena, a criança pode vir a perder a sua língua materna, por isso se preocupa em manter o ensino da língua Kaiowá vivo na escola. Anardo Concianza Jorge atua como professor desde o ano de 2001, nos anos iniciais. Formado no Magistério Indígena Ára Vera e na Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu (FAIND/UFGD), na área de Linguagens. Desde 2008 é concursado na área das disciplinas de Artes, pela prefeitura Municipal de Dourados, para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Sendo que, atualmente, desde

2020, leciona como professor regente no 3º, 4º e 5º ano, modalidade multisseriada.

Os trabalhos escolares, como planejamentos e atividades elaboradas, são construídos por ele. Na disciplina de língua Kaiowá, usa com frequência o livro que a escola fornece como suporte: Kunumi Pepy. Em algumas vezes, recorre ao outro livro, para informação e suporte. Depois de elaboradas as atividades, são entregues para os alunos do 3º, 4º e 5º ano, ou para os pais.

Na disciplina de Língua Kaiowá, ensina conforme a realidade da aldeia Panambizinho, usando temas geradores na atividade, as palavras do conhecimento dos alunos Kaiowá, e o que são usadas no seu dia a dia. Seguem alguns exemplos das palavras geradoras usadas na construção das aulas do professor.

Quadro 9: conjunto de palavras gerados usadas pelo professor indígena

<i>JARI=VOVÓ</i>
<i>KE'Y=IRMÃO MAIS VELHOS</i>
<i>KUNUMI PEPY= CERIMÔNIA DOS MENINOS = FURAR LÁBIOS.</i>
<i>TEMITY ARY=ÉPOCA DE PLANTAR</i>
<i>AJAKA=CESTO</i>
<i>JEROSY PUKU=CANTO LONGO OU BATISMO DO MILHO BRANCO.</i>
<i>TEKO JÁRY=DONO DA ALMA</i>
<i>NHAMÕI=VOVÔ</i>
<i>CHIRU=CRUZ QUE FICA DENTRO DA CASA DE REZA, PODE SE DIZER TAMBÉM QUE É UM OBJETO SAGRADO.</i>
<i>ONGUSU=CASA GRANDE= CASA DE REZA</i>
<i>TEHOKA= TERRITÓRIO</i>
<i>TEKO YMAGUARE=</i>
<i>NHE'EGWE=QUE FOI DITO=FOI FALADO= FALA DE ALGUEM</i>

Fonte: elaborada pela própria autora a partir da atividade concedida pelo professor

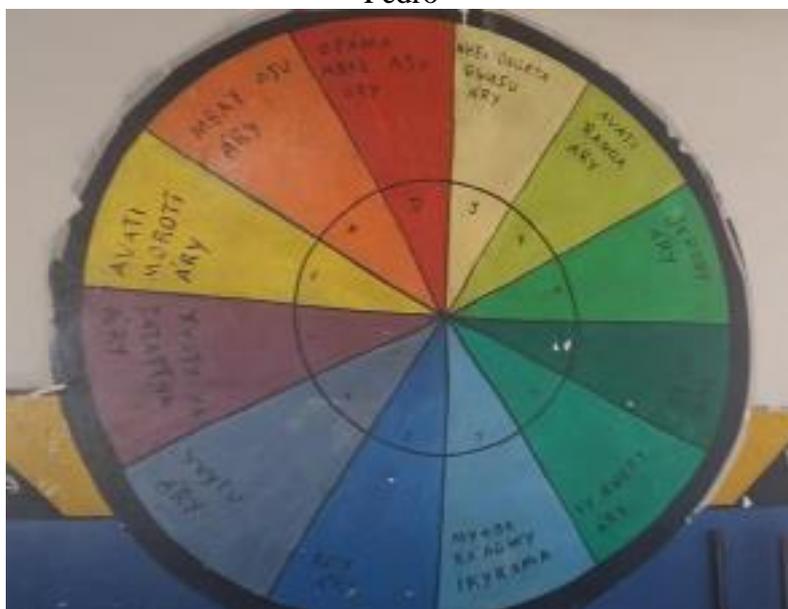
Essas seriam as palavras do conhecimento dos alunos, de acordo com o professor. Em todas as disciplinas, explica os conteúdos das atividades na língua Kaiowá, se comunicando e dialogando com os alunos, mesmo na aula remota, pois alguns alunos e mães de alunos sempre procuram o docente na escola para ter informação, tirar dúvidas do aluno em relação à atividade.

Desde que iniciou o trabalho como docente na Escola Pa'i Chiquito, em 2001, elabora os planejamentos de aula de acordo com o uso e costume da aldeia. Na sala é repassada durante a contação de história e depois é ensinado na escrita. Como a língua Kaiowá, as disciplinas de História, Geografia, Matemática, Ciências e Cultura Indígena são ensinadas na língua indígena. Dessa forma, podendo identificar e fazer comparação dos nomes e objetos que estão em português para o Kaiowá. O ensino em geral da língua Kaiowá é através da escrita, da contação de histórias antigas dos *teko ymaguare*/viver antigamente, por exemplo, e do uso habitual ainda conhecido pelo docente.

Na Geografia Kaiowá, primeiramente repassa para as crianças contando as histórias sobre tekoha. O professor primeiramente conta a história da aldeia, como era a aldeia, a organização, quem eram os rezadores, famílias extensas, como faziam a chicha, que é uma bebida usada durante a festa do canto e reza. Depois desenha na lousa, mostrando o mapa da aldeia, as casas e a casa de reza e pede aos alunos para fazer a identificação.

Nas atividades, usa sempre temas relacionados aos costumes e aos conhecimentos. Usa também o calendário tradicional, mostrando as datas comemorativas de plantações, entre outros aspectos Kaiowá. Esse modo de ensino é para a percepção do aluno, da existência dos tipos de *áry*/tempo, que representa a tradição Kaiowá, para nunca deixar de se observar e que possam repassar para o conhecimento futuro.

Figura 7: Calendário Kaiowá desenhado na parede do pátio da Escola Pa'i Chiquito Pedro



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

A seguir, apresento uma proposta de atividade elaborada pelo professor Anardo para que fosse desenvolvida pelos alunos durante as aulas remotas. Na atividade foi sugerido um tema com o texto sobre uma história contada, de como é a preparação de alimentos, quando se espera uma caça. O texto é apresentado de forma curta, para que os alunos possam interpretar.

Atividade 1

NHE'EGWE-JARI

KA'AGUY REMBE'Y REHE, OGWATA OHOVY JARI. OGWERAHA MBA'EYRU O AKÃ REHE. AJAKA OMOI, AJAKA RYEPYPY JETY MIMÕI, MANDI'O MIMÕI HA CHA'Ï. JARI HEMBIAPO SE ÓGAPY PY, OPACHAGWA OJAPO, OMOÏ MANDI'O, HA HU'I, SO'O KA'AGUY TYRÃ.

Nhe`egwe quer dizer o que foi falado. No texto mostra a imagem de uma senhora com um cesto no ombro, em direção à mata/*ka'agwy*. Conforme a imagem, o professor escreveu a história sobre o *NHE'EGWE*, um conto sobre *Jari/vovó*. De acordo com a imagem, trata-se de uma velha senhora caminhando na beira da mata, levando consigo um cesto no ombro. A partir da imagem foi escrito um texto, como a vovó fez a

preparação de alimentos, para onde está indo, quais dos alimentos está levando e qual a finalidade da preparação dos alimentos.

O texto aponta os seguintes alimentos preparados pela vovó: *jety*/batata, *mandi`o*/mandioca, *cha`ĩ*/feijão de corda, além de *hu`i*/pó de milho, feito pelas mulheres Kaiowá mais velhas. Conforme a história do texto, essa é a forma de preparação para ir ao encontro dos caçadores na beira da mata/*Ka`agwy*, para que possam se alimentar em coletivos da carne da caça. Diante do texto apresentado, o professor pede que os alunos respondam às seguintes questões:

Atividade 2

KO'ANGA EMOMBE'U=AGORA RESPONDA.

A)MBA'E JARI OGWERAHA OMOAPICHÃI?=O QUE A VOVÓ ESTA LEVANDO NAS COSTA?

B)MBA'EMA OĨ AJAKA RYEPYPY?=O QUE TEM DENTRO DO CESTO?

C)MBA'EMA JARI OJAPO HÓGAPY?O QUE A VOVÓ TINHA FEITO NA SUA CASA?

O texto da atividade está nitidamente relacionado com a realidade dos Kaiowá do *ka`agwyrusuygwa*/mata grande. Essas atividades da disciplina da língua Kaiowá foi para todos os alunos do 3º, 4º e 5º ano.

3.3 Como era o ensino na educação indígena Kaiowá, de acordo com a nhandesy, Roseli Jorge Concianza

De acordo com a conhecedora tradicional de Panambizinho, Rozeli Jorge Concianza, em uma entrevista na língua kaiowá, em 2021, relata que, antigamente, não havia escola na aldeia, as crianças Kaiowá, meninos e meninas, não iam à escola. E a Educação Indígena era feita pelos pais e mães.

A Educação era praticada dentro de casa como, por exemplo, o ensino dos meninos era de como fazer casa, quantos *yvyra*/madeira pode ter uma casa pequena e quantos feixes de sapé deve arrancar, o que fazer depois de terminar a casa, entre outros. É necessário ensinar os alunos a fazer os deveres de casa junto com o pai. Os pais ensinavam a trabalhar na roça, pescar/*jopoi*. Por isso o ensino deve seguir esse

costume na escola, seja no papel ou na oralidade, afirma Rozeli Jorge Concianza (2021).

Outro costume importante é que os pais nunca discutiam ou falavam palavrão na frente dos filhos, ou seja, nunca praticavam *teko vai* na frente dos filhos. Discutiam somente em local onde os filhos não podiam presenciar a conversa, por isso a maioria das vezes a conversa de adulto imprópria era discutida à noite ou de madrugada, depois que os filhos já estivessem dormindo.

Nessa época em que a nhandesy mencionou, muitos dos pais não tomam bebidas alcoólicas como atualmente, por isso os meninos menores não tomavam também. Era muito difícil conversar sobre coisas consideradas inadequadas para os adolescentes ouvirem, por isso hoje em dia devem ser ensinado estes costumes na escola.

Já as meninas eram ensinadas e educadas pela mãe, para ajudar a mãe dentro de casa, para não ser preguiçosa, somente assim não aprenderia coisas que não prestavam. O serviço prestado pela menina Kaiowá, na fase de moça, como educação, era debulhar milho, socar, ir à roça com a mãe, fazer caldo grossa de milho/*kavijy*, praticar algo dentro de casa do interesse da família, tirar semente do algodão para fazer o *poty*/roupa tradicional feminino, confeccionar sementes para fazer colar, enfim, tudo que uma menina poderia ajudar a sua mãe a fazer.

A menina fazia a retirada das sementes de algodão e também manuseava o objeto por nome de *he'y* para poder fazer ou tecer rede e, quando chegava numa certa idade para menstruar, não comia mais nenhum tipo de carne e comida com sal. Por várias vezes a menina era mandada para *oipo'ó* arrancar o algodão, isso em época que tinha plantação de algodão/*mandyjuty*. Isso tudo antes da chegada da primeira menstruação.

Enfim, quando é chegada o tempo de “descer”/*ogwejy* a primeira menstruação, se cortava o cabelo e passava o urucum no corpo e no rosto, e mandava entrar no *okypypy*, considerada como quarto para esse período, ficava lá por um tempo máximo de uma semana. Durante esse período, desfiava semente de algodão, dessa forma a menina não fica dormindo o tempo todo, se não tiver algodão para desfiar, procurava formas para a menina se manter ocupada. Essa prática de ensino era muito importante, para que no futuro não ficasse fraca e sonolenta o tempo todo, mesmo depois de casar.

No ensino Kaiowá, no período da chegada, para a menina sair do quarto é necessário a mãe estar pronta com o milho debulhado para socar junto com a filha, para

dar a continuidade dos afazeres, para continuar sendo ativa (*gwapahagwã*).

No período da menina finalizar o ciclo da menstruação e, ao sair do quarto, a menina não pode rir por qualquer motivo, deve socar milho no *angu'a/pilão*, e depois de socar todo o milho com a mãe, retorna ao seu quarto para, no dia seguinte, terminar o período do ciclo, ou seja, do seu primeiro *jasy/lua* e poder sair de vez do quarto. Assim acontecia a educação indígena com as meninas. Por isso, de acordo com Rozeli Jorge Concianza (2021), são necessários esses ensinamentos na escola, para dar a continuidade no conhecimento Kaiowá.

Conforme a conhecedora tradicional, os *ramoĩ/vovô* e *Jarí/vovó* que já morreram, ensinaram para se casar depois de *ikotyvyma*. *Kotyvyma* quer dizer que os rapazes e moças casavam depois de maduro, depois de 30 anos de idade. Com essa idade já aprenderam todos os tipos de afazeres, tanto o homem quanto a mulher. Nessa idade a menina e o menino já aprenderam tudo que a cultura permitia sobre os afazeres, então já era permitido se casar.

Os meninos já tinham aprendido com o pai como fazer casa, *nhuhã/monde/armadilha* para pegar caça, já se formou de tudo que a cultura permitia para sua sobrevivência. O casamento com 30 anos para mulher se dá o nome de *kunhamene'y/mulher com experiência*.

Os homens casavam com 30 anos, assim tinham muita experiência para manter a sua esposa, e não ter uma ideia infantil (*ndogwerekoakyveima guembireko*), já sabia trabalhar, tratar a mulher com educação e respeito. Isso é chamado em Kaiowá de *Ndogwerekoakyveima*.

A entrevistada se recorda ainda que, na educação repassada pelos seus avós, não era permitido casamento de filhos jovens, considerados menores de idade: “Por isso antigamente os meninos eram fortes e tinham força suficiente para trabalhar e manter sua família ao casar, não usava drogas e bebidas alcoólicas” (R. C. JORGE, 2021). Além disso: “as meninas eram cheinhas, com as ideias bem amadurecidas, conforme foram ensinadas” (R. C. JORGE, 2021).

Já o rapaz que queria ser um novo xamã, Rozeli Concianza Jorge (2021) conta que, durante a trajetória do crescimento, deveria sair com a sua família em busca de aprendizagem, à procura de um *nhanderu*, *hexakáry/rezadores*, para que fossem repassados a ele os conhecimentos, e os *nhengáry/rezas*.

Depois de ter repassado por todo procedimento tradicional e, principalmente, espiritual, é nomeado como xamã e apresentado publicamente a todos, em uma cerimônia especial. Ainda, de acordo com a conhecedora tradicional, o rapaz ou adulto que pretende seguir a carreira de xamã deve ter o *hembekwa*/furo no lábio, assim possa dar o seguimento como *nhanderu*/nosso pai/rezador e seguindo o caminho espiritual do xamanismo.

As meninas interessadas em ser *nhandesy*/nossa mãe/rezadora, devem ouvir cantos e rezas da atual *nhandesy*/mãe de todos/rezadora, dando início a preparação da chicha, *kavijy*/bebida de milho, e ouvindo os cantos para depois dar a continuidade dos cantos e rezas junto com a rezadora, em uma casa de reza.

Então, conforme a entrevistada, assim acontecia a educação ancestral Kaiowá, desde sempre partindo dos pais e mães. Destaca ainda que, na educação Kaiowá, não devemos bater em nossos filhos, se bater ou xingar machuca o cocar/*jeguaka*, cocar espiritual, principalmente do menino, isso todos os meninos possuem desde o seu nascimento. Se bater, o cocar se machuca e o menino/*kunumi* cresce mais rebelde ou fica doente fisicamente ou espiritualmente “*hekovy’aveiry*”. Com a menina acontece a mesma coisa, pode ficar doente espiritualmente até levar à morte ou à prática do suicídio.

Hoje em dia não se usa mais esse tipo de educação tradicional, por isso que hoje em dia acontecem muitas coisas com os jovens e adolescentes. Os pais batem e acabam prejudicando a vida dos filhos. Na cultura Kaiowá isso não existia e não poderia acontecer na educação dos filhos. Pois, antigamente, quando se tinha filhos rebeldes, os pais levavam ao conhecimento de *nhanderu*/Nosso pai/rezador, para dar conselho sobre o *tekoporã*/viver bem e do *tekovy’a*/viver feliz. E assim voltava a ser uma menina ou menino do bem, e a família voltava a ter harmonia familiar na sua casa. Dessa forma era o ensino do *reko*/viver Kaiowá.

Sobre o ensino da língua e costume na escola, Rozeli Concianza Jorge (2021) propõe a continuação do ensino da língua “*nhande reko tee rupi*” ensinar o nosso jeito de ser. Ensinar, em primeiro lugar que o ensino do *karai reko*/jeito dos não índios, venha em segundo plano.

Rozeli afirma que “hoje em dia o ensino da língua Materna tem que continuar a ser mais valorizado na escola indígena, através do ensino, na escrita e praticar o canto e reza” (R. C. JORGE, 2021). O nosso conhecimento tradicional pode seguir mais além,

assim, podendo fazer entender e interpretar o nosso *reko tee*/nosso jeito de ser verdadeiro, ensinado na escrita e na oralidade na escola, não deixando se perder os conhecimentos das crianças Kaiowá, principalmente a língua, a fala/*nhe'ẽ*.

A rezadora enfatiza também que não pode deixar de oferecer o conhecimento ocidental, para que as crianças entendam os dois lados. Pois somente assim as nossas crianças ficarão sabidas para se defender. Mas no ano inicial é preciso que a criança seja ensinada na sua língua materna, não na língua e costumes do *karai/não* indígena. Se continuar somente o ensino do *karai/não* indígena desde pequenino, o nosso ensinamento vai desaparecer, pois a escola em primeiro lugar tem que manter o ensino do *nhande reko*/nosso jeito, nosso costume, principalmente os pequeninos, para dar a continuidade do conhecimento no futuro.

Se for ensinado somente o ensino do *karai/não* indígenas, o conhecimento e a língua vão desaparecer ou se perder, já que as crianças não poderão repassar e dar a continuidade ao ensinamento do seu antepassado para os seus filhos futuramente, e acrescenta:

Por isso, como conhecedora tradicional e *nhandesy* de Panambizinho, digo que a escola Pa'i Chiquito deve ensinar os dois ensinamentos para a criança ficar sábio em ambas as partes, a escola deve abrir espaço e chamar mais vezes os conhecedores tradicionais, *nhanderu/ nosso pai* ou rezador e *nhandesy/nossa mãe* ou rezadora para que possa ensinar sobre a cultura tradicional (R. C. JORGE, 2021).

Rozeli destaca que existem crianças e adolescentes Kaiowá que pretendem aprender e ouvir as histórias da sua cultura tradicional, e outros que não tem mais interesse de aprender a sua própria cultura, por sentir vergonha do próprio costume. Por isso diz que é necessário que esteja presente na escola o ensino da Língua materna, com envolvimento do rezador e rezadora. (R. C. JORGE, 2021).

3.4 O ensino da língua Kaiowá nos anos iniciais do Ensino Fundamental de acordo com a mestra tradicional, como deve ser

Conforme Rozeli Concianza Jorge (2021), o ensino da língua materna nos anos iniciais pode ser praticado de vários modos. Pode trabalhar com as sementes de milho, *kirita*/uma semente branca usada pelos Kaiowá, como colar, gravetos de *takuatĩ*/taquarinha branca e *takwaju'i*/taquarinha amarela, *yvyrapo'i*/galhos, de árvores.

Esse tipo de ensino mantém o equilíbrio mental na cabeça da criança. Além de vários tipos de sementes, na colagem para a criança fazer a contagem, usar também os nomes de animais dos conhecimentos dos alunos, entre outros aspectos do conhecimento Kaiowá que a criança vivencia.

Rozeli acrescenta que a taquarinha deve ser retirada e preparada pelo docente, pois precisa ser cortada, lapidada em forma de graveto, para depois poder usar em sala de aula com os alunos pequenos, assim, podendo praticar as aulas através de colagens e contagem, além de mostrar a forma de fazer casas de sapé, usando folhas de capins. Com o uso dos gravetos, os alunos aprendem a contar os números, usando os dedos e os gravetos, podendo efetuar continhas e fazer as colagens, conforme a aula é solicitada.

Para *nhandesy*, os gravetos podem ser usados nos desenhos sobre: casas/óga, e no desenho do *takwáry/taquara*, que é um instrumento usado pelas mulheres Kaiowá. Na sala pode-se trabalhar ainda com os desenhos e nomes de animais da mata/*ka'agwypygwa*, usando nomes como, por exemplo: *tatu*, *tapiti ka'aguy*/coelho do mato, *apere'a/preá*, *angujaka'agwy*/rato do mato, e etc., esses animais é do conhecimento e da realidade dos alunos Kaiowá.

O professor pode trabalhar também com o conhecimento acerca dos animais domésticos *mymba ógapy*, *jagwa*/Cachorro, *mbarakaja*/gato, *tapitioga*/coelho de estimação, *vaka*/vaca, *kavaju*/cavalo, *rygwasu*/galinha e etc. O tema sugerido que se deve trabalhar em sala de aula é sobre: *tekoha*/aldeia, *óga*/casa, *ysry*/córrego, *ka'agwy*/mata, *kokwe*/roça, entre outras especificidades do conhecimento Kaiowá (R. C. JORGE, 2021).

De acordo com Rozeli Conciánza Jorge (2021), esses nomes podem ser trabalhados em formas de desenhos, histórias, pois representam e caracterizam o conhecimento e a particularidade Kaiowá. Por isso é necessário o ensino desses conhecimentos nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro.

3.5 O ensino da língua Kaiowá nos anos iniciais na perspectiva dos professores indígenas

Com base na experiência de professores indígenas que atuam e atuaram nos anos iniciais na Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, o ensino deve ser planejado. A seguir, apresento um exemplo de planejamento:

Quadro 10: Exemplo de planejamento para o ensino de língua materna

<p>Unidade temática</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identidade <p>Objetivo específico</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Para os alunos Kaiowá entenderem e ter conhecimento no modo de ser Kaiowá. <p>Conteúdo para o 1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Em roda de conversa, fazer as perguntas sobre o tema do trabalho relacionado e elaborado, se o aluno conhece ou desconhece, escrevendo o nome com a letra de forma grande na lousa. ● Explicar as consoantes e as vogais que existem no nome do tema sugerido. ● Contar a história detalhada do tema que deseja trabalhar, se for sobre o animal, perguntar: o que é, como é, como se alimenta, onde é localizada, se existe no tekoha e para que serve? ● Pedir para o aluno fazer desenho, usando as cores que conhecem ou representam. ● Mostrar o desenho produzido, ou retirado de alguns livros. ● Usar as palavras com a letra de forma, com os pontinhos, para que os alunos possam passar o lápis em cima das letras. <p>Metodologia 1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Os alunos devem fazer o aprofundamento dos conhecimentos através das pesquisas, perguntado para os seus pais ou a pessoa mais velha da família. ● Em sala de aula, pedir para os alunos contarem de forma breve o que achou importante sobre o assunto, durante a pesquisa sobre o tema.
--

Fonte: elaborada pela própria autora a partir do planejamento concedido pelo professor

Segue um exemplo de planejamento de aula para o 2º ano, com um pouco mais de formalização no desenvolvimento do seu conhecimento. Podendo trabalhar da seguinte forma:

Quadro 11: Exemplo de planejamento para o ensino de língua materna

Conteúdo 2º ano

- Sentar em roda de conversa, contação de histórias sobre o tema
- Escrever na lousa o nome do tema
- Desenhar sobre o tema
- Produção de texto sobre o tema sugerido.
- Ditado de frases curto sobre o tema
- Na escrita, construção das palavras.

Metodologia 2º ano

- Pesquisa (sobre o tema)

Essa forma de planejamento descrita acima é trabalhada para o 1º e 2º ano no multisseriado.

Fonte: elaborada pela própria autora a partir do planejamento concedido pelo professor

Em outros momentos realizei a minha pesquisa numa conversa com os professores indígenas, para conhecer a percepção deles sobre o trabalho realizado na escola. De acordo com os professores, é preciso diálogo para manter as atividades conforme são cobradas. Durante as entrevistas os professores relataram que necessitam de apoio e suporte pedagógico para elaboração dos seus planos e atividades escolares, principalmente nessa época pandêmica.

De acordo com uma professora indígena entrevistada na escola, a professora é da etnia Kaiowá, moradora da Terra Indígena Panambizinho. Em 2021 lecionou as disciplinas de Cultura Indígena e História no 1º e 2º ano multisseriado e 3º, 4º e 5º ano multisseriado. É formada em Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, na Faculdade Intercultural Indígena, na Licenciatura Indígena Teko Arandu. No início da entrevista a professora relata que a direção pedagógica da escola, pede que toda as atividades sejam feitas de acordo com a realidade do *tekoha* e saberes tradicionais, seja na escrita ou em desenhos. A professora permitiu a descrição da forma

das atividades que repassa aos alunos. Nota-se que a língua materna está presente na aula, como língua de instrução e produção de conhecimento.

O trabalho da professora na disciplina de Cultura Indígena é elaborado para o 1º e 2º ano multisseriado. Para o 4º bimestre no ano de 2021, a professora elaborou o planejamento usando um tema gerador. Depois de fazer o planejamento elaborou as atividades para serem repassadas aos alunos de forma impressa. Para que depois de 15 dias, ou antes, fosse devolvida na escola e corrigida. A professora avalia os alunos na devolução das atividades, se foi praticada ou não.

Nessas atividades a professora conta que trabalhou com grafismos indígenas, usando várias espécies de grafismo nos desenhos. Na atividade mostrada para digitar, em partes está escrita em português em outras partes em Kaiowá. Nos primeiros exercícios da atividade a professora pede aos alunos para pintar os grafismos que estão nos desenhos. Os desenhos representam:

- chocalho de porunga/*mbaraka*, com grafismo;
- um vaso de inserir flores, com grafismo.
- Grafismo geométrico, que na cultura Kaiowá, de acordo com a professora, o desenho representa *oyrysy/conjunto de casas*.

Além dos conjuntos de casas, a professora não descreveu os nomes e tipos de grafismos representados nos demais desenhos, somente pediu para pintar. No segundo exercício a escrita da professora continuou em português, pedindo para os alunos escreverem; o que é grafismo? Já no terceiro exercício, a professora escreveu na escrita em Kaiowá, pedindo que os alunos escrevessem os nomes dos animais que estão desenhados: *Ehai frase ko ta'anga kwéryre*. Os desenhos representados no terceiro exercícios são desenhos de coelho, beija-flor, peixe, caracol, tatu e pica pau. Então, dessa forma acima descrita é ensinada a aula de Cultura Indígena para os alunos do 1º e 2º ano multisseriada, ensinada conforme o repasse da professora indígena.

Em entrevista, o professor Anardo (2021), observa que a escola não está mais seguindo a proposta do Projeto Político Pedagógico, que propõe a participação dos pais, professores e mestre tradicional. De acordo com o professor, o padrão de ensino mudou nos últimos anos, ele exemplificou a presença de professores não indígenas atuando como regente para os anos iniciais sem nenhum critério de escolha pela comunidade.

Para o professor, a presença desses docentes não indígenas nos anos iniciais, mesmo com o suporte dos professores indígenas na elaboração dos planos e atividades

para disciplina de Língua Kaiowá e Cultura Indígena, acaba prejudicando a alfabetização em língua materna. Por isso é necessário que o ensino da língua materna para os alunos dos anos iniciais aconteça com a regência de professores indígenas e falantes da sua própria língua.

O professor Misael (2021), que atualmente é professor readaptado por motivos de doença, é um dos mais requisitados para dar suporte a professores não indígenas e não falantes da língua materna, assim como a direção da escola, que não compreende a língua Guarani e nem o Kaiowá, por isso não consegue auxiliar os professores *karai*/não indígena na elaboração dos planos de aula e das atividades. Então é exigido que ele auxilie na elaboração de planos e atividades para os alunos do 1º e 2º ano nas disciplinas de língua Kaiowá e cultura Indígena. Para o professor, seria mais fácil que um professor indígena ministrasse essas disciplinas, pois, como readaptado, não era ele quem deveria dar suporte, mas sim a coordenadora. Dessa forma sente que a escola está precisando de apoio das comunidades e liderança para ter o conhecimento sobre o que se passa na escola.

Outra entrevistada para esta pesquisa no ano de 2021 foi a professora Ilda Barbosa. Ela é formada na Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, na Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, na área de Linguagens. É professora de Artes para os alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental desde 2017. Atualmente, neste ano, leciona no 1º e 2º ano. A professora inicia a alfabetização usando os nomes em Kaiowá, atividades para completar as frases com palavras em Kaiowá, usando as palavras mais usadas na fala da comunidade.

No 3º e 4º ano ela ensina através de pinturas corporais e vestimentas, desenhos tradicionais Kaiowá, o *jeguaka*/cocar, *mbaraka*/porunga, objeto usado pelos homens na hora do canto ou rituais de dança, pilão, socador e também trabalha com o conhecimento acerca dos animais domésticos e da mata, entre outros. Ensina com desenhos e escrita em produção de texto e caça palavra.

No 5º ano, ela aborda as linhas retas, linhas dimensionais, quadros, pinturas modernas e figuras, usando como suporte os livros que a escola oferece, mas não deixa de demonstrar o conhecimento ocidental, como desenho de animais, com os nomes na língua portuguesa e nome científico como, por exemplo, dinossauro, girafa e elefantes.

Sobre o ensino da Língua materna, ela menciona dificuldades por parte dos alunos, pois alguns alunos não têm apoio familiar para se sentir interessado na sua

língua, principalmente por ter o pensamento e ideia que os *karai*/não indígenas colocam na cabeça da própria mãe ou pai da criança, que seria melhor o ensino do *karai*, e dessa forma a criança se sente envergonhado para manter em qualquer lugar a sua tradição e principalmente a língua. Para a professora, esse contexto mostra que devemos aprimorar mais os conhecimentos através do ensino na escola.

É através da língua que expressamos o nosso sentimento, nossa cultura, nossa tradição, isso conduz a importância do ensino na nossa Língua materna, dando assim a continuidade da nação Kaiowá, valorizando a língua *nhane nhe'ẽ*/nossa fala. Conforme o professor Anastácio Peralta (2021), a escola Pa'i Chiquito precisa que a direção, coordenação e todos os professores e funcionários em geral tenham uma mudança de mentalidade. O modelo proposto ainda está em direção do pensamento e ensino capitalista, falam na língua, falam da cultura, mas elogiam e capacita mais os alunos nos conhecimentos dos colonizadores do que o próprio costume tradicional Kaiowá, usando com mais frequência a dança da festa junina, dança do rap, desfiles, dessa forma os professores, sem perceber, acaba incentivando os alunos a gostar de outras coisas, que não fazem parte do nosso costume e da nossa cultura.

Para dar continuidade ao ensino da língua é necessário que os professores sejam pesquisadores da cultura, dos conhecimentos tradicionais, principalmente dos mais velhos, para poder aplicar na escola. A pesquisa é importante, principalmente para que os alunos Kaiowá possam ter o reconhecimento dos ensinamentos tradicionais, que atualmente não estão sendo mais praticados no cotidiano familiar. Nós indígenas temos a nossa tecnologia tradicional não somente para usar na aula de Língua Kaiowá, mas para outros fins, como nas disciplinas da geografia, por exemplo, trabalhar na escola sobre o *tekoha*, observando distanciamento, tempo, território, famílias extensas, árvores genealógicas da família, entre outros.

Na disciplina de matemática podemos trabalhar com as medidas da casa de reza, medidas de palma, largura, contagem no dedo ou palito, sementes, linhas, passos entre outros. Em ciências podemos trabalhar em sala de aula sobre o ambiente do *tekoha*, entre outros aspectos relacionados ao *tekoha*/aldeia na ciência tradicional, como *temity*/plantação. Em história podemos trabalhar em sala sobre histórias contadas pelos mais velhos, história do *tekoha*/aldeia, mitos e entre outras, assim podendo dar a continuidade do ensino das histórias tradicionais. Em educação física podemos trabalhar

com os alunos a forma tradicional que está relacionada a brincadeiras e jogos tradicionais indígenas, lançamento de flecha, lança corrida.

Para aprofundar no ensino do conhecimento tradicional é importante que o educador indígena aprimore mais e mais seus conhecimentos, realize pesquisa com os mestres tradicionais, conhecedores tradicionais, *nhandesy* e *nhanderu*, para ensinar de acordo com a realidade da aldeia, para que o aluno venha a aprofundar no conhecimento da sua história tradicional, não desvalorizando a sua língua materna. A escrita da língua para Kaiowá tanto quanto os ensinamentos sempre foram por meio da oralidade, por isso é necessário manter o ensino tradicional através dos conhecedores tradicionais na escola.

O Ensino da língua Kaiowá na escola Pa'i Chiquito garante a sobrevivência dos conhecimentos e experiência milenar tradicional, e que esse conhecimento seja repassado para as gerações seguintes. Dessa forma podemos preparar as crianças e jovens Kaiowá, por meio do ensino oral, e prática cultural, para observância dos costumes dos ensinamentos e os ritos tradicionais. Somente assim os conhecimentos adquiridos garantirão a sobrevivência física, espiritual e cultural do povo.

Nesse contexto, o trabalho com a língua materna é muito importante, pois ajuda os alunos que possuem dificuldade em compreender as explicações em língua portuguesa. É importante também que o professor seja indígena, falante da língua, para que possa fazer as comparações entre as duas línguas e culturas, ajudando os alunos no entendimento de conteúdos desconhecidos, esse trabalho é ainda mais importante na fase inicial da escolarização, quando a criança está saindo de perto da educação indígena e sendo inserida no ambiente escolar.

Por fim, em entrevista, a professora regente da Educação Infantil (pré I e pré II), Valdineia Jorge Aquino (2021). Formada no Magistério Indígena Ára Vera e moradora do tekoha Panambizinho, etnia Kaiowá, ensina os alunos do pré I e pré II no ano de 2021. A professora informou sobre as disciplinas que leciona: Língua Portuguesa, Matemática, Língua Kaiowá, Geografia, História, Ciências, Cultura Indígena e Ensino Religioso. O ensino e a elaboração das atividades ocorrem de acordo com o conhecimento e costumes tradicionais Kaiowá de Panambizinho.

Além de produzir os materiais para o uso físico das crianças em sala de aula, a sua atividade remota é planejada usando o formato de desenhos, para que seja repassada para os alunos. As atividades são elaboradas usando temas geradores, indicado pelos demais professores e direção da escola. Depois de planejadas as atividades, são

entregues para os pais dos alunos, e assim, depois da leitura e observação pode fazer juntos com os pais.

Depois de quinze dias o material é devolvido para a professora fazer o relatório. A avaliação é através do relatório final, se o aluno conseguiu entender os desenhos ou as letras. Conforme o plano apresentado pela docente nas atividades, foi repassado aos seus ancestrais. Ensinando então oralidade, com histórias indígenas Kaiowá. Em toda a disciplina a professora ensina na língua Kaiowá. Em roda de conversa, sentada no chão em sala de aula junto com os alunos. Ensina através de desenhos demonstrativos, tipos de desenhos dos conhecimentos das crianças Kaiowá como *pira/peixe*, *óga/casa*, *ka'i/macaco*, *mbarakaja/gato*, *yva/frutas*, entre outros desenhos, com letrinha usada com frequência.

Na aula de matemática trabalha também de forma lúdica, usando papelão e garrafa pet para a construção das atividades. Usa as bolinhas em forma de pinturas kaiowá, usa *jopoi/pescaria*, peixes em forma de desenhos para as crianças pescar as letrinhas, abordando os costumes tradicionais. A professora nos conta que possui vários conhecimentos tradicionais, canta *gwaxire* juntos com seus alunos, entoa a reza com a sua mãe, confecciona as vestimentas tradicionais e constrói rede, além de artesanato considerado Kaiowá. São essas as experiências relatadas pelos professores indígenas ao trabalhar a língua materna nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Há muitas outras atividades e experiências a serem compartilhadas, mas é possível ter uma visão geral da realidade atual do ensino de língua materna na Escola Pa'i Chiquito-Chiquito Pedro, com o protagonismo indígena e com a intervenção do não indígena, esta, em algumas vezes, mas prejudica do que contribui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Escolar Indígena oferecida na Escola da Aldeia Panambizinho é recente. Na pesquisa relatada neste trabalho foi possível levantar um pouco da história sobre a luta da comunidade para a criação da escola, e todas as mudanças que a proposta pedagógica sofreu ao longo dos anos. Tentei trazer um pouco da luta dessa comunidade por uma escola diferenciada, mas que, ao longo dos anos, vem perdendo um pouco da visão de ensino nos moldes tradicionais a qual foram formalizados em coletivos.

O retorno dos ensinamentos projetados aos não-indígenas imposta dentro da nossa escola pela Secretaria de Educação descaracterizou muito o ensino de qualidade de acordo com o nosso anseio. Durante a realização desta pesquisa, observei e analisei documentos e normas que regem a Educação Escolar Indígena, além de planejamentos dos professores. Pelas entrevistas realizadas pude constatar, em diversos momentos, a distância entre o que garante a lei e o que realmente acontece na escola.

As entrevistas com mestres tradicionais mostraram claramente a importância do diálogo entre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena e o papel de suma importância que a escola tem na manutenção de nossa língua Kaiowá.

Com o retorno das salas multisseriadas fica clara a dificuldade em se realizar um trabalho de qualidade, soma-se a isso a presença de professores não indígenas que não dominam a língua e as ausências dos materiais didáticos específicos.

O fato de a escola estar com salas multisseriadas e com a presença de professores não indígenas, atuando nos anos iniciais, ministrando as aulas na língua portuguesa, onde a professora escreve em português e pede para o aluno traduzir, tem dificultado a aquisição da leitura e da escrita nas duas línguas.

Os professores indígenas têm buscado inserir o conhecimento tradicional no currículo escolar por meio de histórias contadas pelos mais velhos, mitos, animais, comidas tradicionais, cantos e rezas. Esses elementos da cultura indígena são ensinados através de desenhos, ilustrações, escritas, leituras, rodas de conversas e o uso do alfabeto, considerando o alfabeto da língua Kaiowá, em especial para os alunos no início da alfabetização.

A escola deve desenvolver a educação a partir do que o aluno aprende com a família: exemplo; o *teko*/jeito de ser, as escritas na língua materna, pinturas corporais, confecções de vestimentas tradicionais, adornos, histórias da tradição que valorizam as

crenças da comunidade, sua sabedoria própria sobre preservação, meio ambiente, animais, identidade cultural, todos esses processos de aprendizagens devem ser valorizados porque é a forma do uso da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Ministério da Educação. *Referencial curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro, Vieira. *Lugar de Índio e não é na Reserva, Panambizinho e Panambi-Lagoa Rica: da luta pela permanência à luta pela demarcação das terras indígenas*. São Leopoldo: Karywa, 2021.
- CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowá: das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.
- CHAMORRO, Graciela. *Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá*. São Leopoldo: Karywa, 2017
- KNAPP, Cássio. *Educação escolar indígena: o ensino bilíngue e os Guarani e Kaiowá*. Curitiba: CRV, 2020.
- MACIEL, Aparecida, Nely. *História Kaiowá da Aldeia Panambizinho da Década de 1990 aos dias atuais*, Dourados-MS-2005
- PEDRO, Patrícia da Silva. *A alfabetização em língua materna na Terra Indígena Panambizinho*. Trabalho de Conclusão de Curso. Habilitação em Linguagens do curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu. Dourados: UFGD, 2021.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado*. Dourados, MS-; Ed. UFGD -2016.

FONTES ORAIS

- AQUINO Reginaldo. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.
- AQUINO Valdineia. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.
- AQUINO, Samuel. *Depoimento* [2022]. Entrevista Concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2022. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de

mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.

AQUINO, Valdomiro. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.

CONCIANZA, Misael. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.

JORGE, Anardo Concianza. *Depoimento* [2020, 2021, 2022]. Entrevista Concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.

JORGE, Roseli. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.

MARCELINO, Arlindo. *Depoimento* [2020 e 2021]. Entrevista concedida a Geisabel Veron. Dourados, 2021. Arquivo de áudio digital. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado desenvolvido por Geisabel Veron junto à Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados.